

**ATA DA NONA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOGADOURO**

9ª

Aos dezanove dias do mês de junho do ano dois mil e quinze, reuniu a Assembleia Municipal de Mogadouro, pelas nove horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sob a presidência de Ilídio Granjo Vaz, Presidente da Mesa, de Antero Augusto Neto

Lopes, Primeiro Secretário e de Maria Teresa Cordeiro Afonso, Segunda Secretária. -----

-----Para se verificar da existência de quórum, procedeu-se à chamada, estando presentes os quarenta e três membros que constituem este órgão: --

-----Ilídio Granjo Vaz, António de Jesus Cordeiro, José Maria Preto, João Fernando Pinto de Freitas Meira, Maria Teresa Cordeiro Afonso, Maria Eugénia Batista Mesquita Cabanal, José Francisco Bento Sanches Branco, Ilídio Simões Martins, Sandra Carina Cardoso Teixeira de Sampaio Mesquita, Ester de Fátima Parra Martins, Antero Augusto Neto Lopes, Antónia de Jesus Moura Cardoso, Fernando António Atanásio Pereira, Cândido Francisco Fernandes, Maria Teresa Afonso Pimentel Vilariça, Armando do Nascimento Cordeiro, Daniel Fernando Ribeiro Salgado, Filipa Isabel Serafim Martins, José dos Santos Carrasco, Belmiro Joaquim Mendes Ferreira, José Augusto Rodrigues Mendes, António Augusto Gonçalves, Cláudio Rafael Gouveia Pires em substituição do Senhor Vitor Manuel Purrulo Madaleno, Presidente da Junta de Freguesia de Azinhoso, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 18 do anexo à Lei 75/2013 de 12 de Setembro, António Luis Bernardo Martins, João de Deus Possacos, José Francisco Marcos Carrasco, José Carlos Ferreira Lopes, António dos Santos Aleixo, Luis António Rodrigues Fernandes, José António Freitas, Martinho do Nascimento Major, José António Patrão, Carlos Alberto Sousa Reis, António Cândido Batista Cordeiro, Francisco Manuel Fernandes, Agostinho Joaquim Fernandes, Vitor Manuel de Oliveira Coelho, António José Marcos, Américo Rodrigues, Belarmino Silvestre Pinto, Rui Manuel Felgueiras Mesquita, Manuel Maria Sousa, Manuel dos Anjos Garcia. -----

-----Verificada a existência de quórum, o Presidente da Mesa declarou aberta a sessão, tendo por base a seguinte Ordem do Dia: -----

-----1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

-----1.1 *Ata da Sessão Ordinária do dia 30 de abril de 2015 –
Apreciação e Deliberação.*-----

-----1.2 *Informação da Correspondência Recebida e Expedida.*-----

-----1.3 *Período de Intervenção do Público.*-----

-----1.4 *Tratamento de Assuntos Gerais de Interesse Autárquico.*-----

-----1.5 *Tomada de Posse dos elementos designados para o Conselho
Municipal de Segurança.*-----

-----2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

-----2.1 *Apreciação da Informação do Presidente da Câmara
Municipal acerca da Atividade do Município, bem como da situação
financeira do mesmo – alínea c) do nº 2 do artigo 25º, Anexo I, da Lei
75/2013, de 12 de setembro.*-----

-----2.2 *1ª Revisão do Orçamento Municipal da Receita do Ano de
2015 – Apreciação e Deliberação.*-----

-----2.3 *1ª Revisão do Orçamento Municipal da Despesa do Ano de
2015 – Apreciação e Deliberação.*-----

-----2.4 *1ª Revisão do Plano Plurianual de Investimentos do Ano de
2015 – Apreciação e Deliberação.*-----

-----2.5 *1ª Revisão do Plano de Atividades Municipal do Ano de 2015
– Apreciação e Deliberação.*-----

-----2.6 *Divisão dos Serviços Integrados da Presidência – Construção
da Variante da Zona Industrial ao IC5 – Declaração de Interesse Público
Municipal para Efeitos de Ocupação de Áreas da Reserva Ecológica
Nacional. Apreciação e Deliberação.*-----

-----2.7 *Assunção de Compromissos Plurianuais (Fundo de
Eficiência Energética). Apreciação e Deliberação.*-----

-----2.8 *Designação de quatro membros da Assembleia Municipal
para representantes da CPCJ de Mogadouro.*-----

-----2.9 *Autorização Prévia no Âmbito da Lei dos Compromissos -
Análise e Aprovação.*-----

-----2.10 *Outros assuntos.*-----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** declarou abertos os trabalhos e
cumprimentou todos os presentes.-----

-----O Presidente da Assembleia apresentou de seguida o primeiro ponto
da Ordem de Trabalhos: -----

-----1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

-----1.1 *Ata da Sessão Ordinária do dia 30 de abril de 2015 –
Apreciação e Deliberação.*-----

► **ANTÓNIO CORDEIRO** usou da palavra e disse: “a elaboração da ata é
da responsabilidade dos vogais da Mesa, mas a aprovação é de todos, pelo
que é uma obrigação de todos nós melhorá-la dentro das nossas
possibilidades, vou passar a enumerar algumas falhas que notámos: na
página 136, linha 14 está escrita a palavra e legível e dever-se-á escrever

elegível; na página 144, linha 6 está escrita a palavra passasse e deverá escrever-se passa-se; na página 155, linha 28 está escrito estres documento e deverá escrever-se estes documentos; na página 156, linha 11 está escrita a palavra destacara e deverá escrever-se destacar; na página 161, linha 11 está escrita a palavra ere e deverá substituir-se por e; na página 162, na segunda linha a contar do fundo da página está escrita a palavra erradicar e deverá escrever-se radicar; na página 165, na quarta linha a contar do fundo da página está escrita a palavra elações e deverá escrever-se ilações; na página 166, linha 16, está escrita a palavra acautela-se e deverá escrever-se acautelasse; na página 169, linha 14 está escrita a palavra outo e deverá escrever-se outro; na página 171, linha 21 está escrita a palavra parrada e deverá escrever-se parada. Estas foram as falhas que eu encontrei, palavras mal escritas, pede-se a correção das mesmas”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “iremos corrigir, isso não deixam de ser erros de tecla ao escrever, porque de facto esta sessão foi antecipada cerca de uma semana a pedido da Câmara Municipal e nós com algum sacrifício acedemos como o Senhor membro da Assembleia tem conhecimento e tivemos que trabalhar de manhã de tarde e à noite para conseguir satisfazer a vontade e o pedido da Câmara Municipal, todavia agradecemos a sua colaboração para que a redação fique completa”. -----

► **ANTÓNIO MARTINS** usou da palavra e disse: “também uma pequena correção no sentido das que vieram pelo interveniente anterior, na minha intervenção, na página 167, onde eu digo, em dia de aprovação de contas, lamentar profundamente que as contas acerca da minha freguesia tragam zero, está escrito o computador e devia ser o contador dos euros de investimentos na minha freguesia, continua a zero, é para substituir computador, por contador”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “não são erros que inviabilizem a ata que foi feita, depois destas correções, vou colocá-la a votação. -----

-----A ata foi aprovada por maioria com zero (0) votos contra, cinco (5) abstenções, por não terem estado presentes na última sessão e trinta e oito (38) votos a favor. -----

-----Antes de entrarmos no ponto 1.2, também cumprimento os novos membros da Assembleia que hoje também tomam posse por suspensão de Ana Paula Miguéis Gonçalves Sá e de Altino dos Anjos Aleixo, bem-vindos a esta casa e espero que deem toda a colaboração para tornarmos o nosso concelho melhor e mais desenvolvido. Muito obrigado pela vossa participação e pela vossa vinda. -----

-----**1.2 Informação da Correspondência Recebida e Expedida.**-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia informou que foi dado conhecimento de toda a correspondência recebida e expedida. -----

-----Passou ao ponto 1.3 -----

-----1.3 *Período de Intervenção do Público.*-----

-----Tenho aqui a indicação de que há público que vai intervir: é o senhor Jaime Luís Amaro Nogueira e o assunto é a III fase da Zona Industrial de Mogadouro. -----

► **JAIME NOGUEIRA** usou da palavra e disse: “Bom dia, apresento os meus cumprimentos ao Senhor Presidente da Assembleia e aos Secretários, ao Executivo Municipal e aos demais presentes.-----

-----Em 1º lugar, estou aqui como Mogadoureense, que sou há 31 anos, vem ao caso que sou neto de um dos maiores empreendedores do concelho, que fundou a Jaime Nogueira & Filhos, a maior empregadora privada do nosso concelho, que deixava neste município e a gentes desta terra um valor salarial anual superior a 750.000,00€. Aquela empresa ajudou a sustentar muita família, formou muitos filhos desta terra, sem grandes festividades, dando o devido valor às pessoas. Constou-me que elementos do Executivo se vangloriam dizendo que o Tribunal Administrativo lhes deu razão relativamente ao processo da III Fase Zona Industrial.-----

-----Em 1º lugar e na qualidade de representante da Jaime Nogueira & Filhos, não é, nem nunca foi, nossa intenção ao intentar uma ação administrativa contra a Câmara Municipal, prejudicar os interesses do concelho, no entanto, não podíamos ficar impávidos e serenos perante o vergonhoso procedimento concursal relativo à empreitada da III Fase da Zona Industrial, que prejudicou uma empresa da terra e todos os Mogadourenses que nela trabalhavam. Tanto é que 15 Dias antes da data para entrega das propostas, eu próprio e acompanhado por um familiar, dirigi-me ao gabinete do Senhor Evaristo Neves, Vereador com o pelouro das Obras Municipais, com o intuito de o alertar para as irregularidades do procedimento, que permitia, da forma como estava elaborado, excluir concorrentes de forma ilegal ao avaliar a idade dos equipamentos para a execução da empreitada. Desloquei-me várias vezes ao gabinete do Senhor Vereador e do Presidente da Câmara, sendo essas tentativas frustradas, visto que nunca se preocuparam em me receber. Em face ao silêncio e desprezo do Executivo, não me restou outra solução se não, intentar a ação. A minha questão é: O que ganhou o Manuel Joaquim Caldeira com o recurso de revisão que intentou? Qual era o interesse do Manuel Joaquim Caldeira em ir contra uma decisão que até lhe era favorável? -----

-----Estaremos atentos às próximas empreitadas que esta empresa ganhar... E mais, não havia advogados em Mogadouro? É uma falta de respeito, principalmente para os mais jovens, que decidiram voltar à terra.--

-----Quanto cobraram os advogados de Lisboa por este recurso? 10.000,00€, como no processo do espaço aéreo? E até ao final deste processo, quanto serão os honorários destes advogados? Provavelmente, o valor que o Município irá gastar com este processo, será o valor da

indeminização a pagar à Jaime Nogueira & Filhos, valor este que seria para pagar salários de pessoas da terra.-----

-----Para finalizar, a Jaime Nogueira & Filhos não foi só prejudicada em obras do Município, sendo que num concurso para fornecimento de inertes, e após as propostas terem sido abertas, dois dias depois do previsto, a Jaime Nogueira & Filhos tenta mais uma vez fazer valer os seus direitos, o concurso foi anulado, e na repetição do concurso, a Jaime Nogueira & Filhos não foi convidada, não podendo apresentar proposta, mais uma vez o Executivo prejudicou claramente o Município e a Jaime Nogueira & Filhos.

-----Pergunto eu, o porquê, deste afastamento, do que foi o maior empregador deste Município... Será que há dois pesos e duas medidas?-----

-----Obrigado a todos”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “retiramos daqui que apenas veio dar esta informação à Assembleia Municipal, não nos fez nenhuma pergunta diretamente daí que eu não tenha que remeter à Câmara Municipal qualquer resposta neste momento. Eu entendi isto como uma informação de carácter genérico à Assembleia Municipal, se o Senhor Presidente entender que deve responder agora pode fazê-lo, se entender que deve responder por escrito por intermédio da Assembleia Municipal, responde-me a mim e eu remeto à Jaime Nogueira & Filhos. O Senhor Presidente está a dizer que como a questão se coloca em termos jurídicos vai responder a posteriori. -----

-----1.4 *Tratamento de Assuntos Gerais de Interesse Autárquico.*-----

-----1.5 *Tomada de Posse dos elementos designados para o Conselho Municipal de Segurança.* -----

-----Como já observaram estão aqui na sala um conjunto de personalidades da terra que vão constituir o Conselho Municipal de Segurança, vamos dar Posse e depois retomamos o ponto 1.4. -----

-----Vamos fazer a chamada para assinar e fazer o juramento, Francisco José Mateus Albuquerque Guimarães, na qualidade de Presidente da Câmara e Presidente do órgão, “*eu abaixo assinado, afirmo solenemente pela minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas*”; Ilídio Granjo Vaz, Presidente da Assembleia Municipal, “*eu abaixo assinado, afirmo solenemente pela minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas*”; Rui Manuel Felgueiras Mesquita, representante dos Presidentes de Junta, “*eu abaixo assinado, afirmo solenemente pela minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas*”; João Maria Montenegro, representante do Ministério Público, não está presente, toma posse na próxima sessão da Assembleia Municipal; Leonel dos Anjos Vaz Pires, Comandante da Guarda Nacional Republicana, “*eu abaixo assinado, afirmo solenemente pela minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são*

confiadas"; António Manuel Martins Salgado Rodrigues, Comandante da Corporação de Bombeiros Voluntários de Mogadouro, "eu abaixo assinado, afirmo solenemente pela minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas"; Maria José Esteves Galvão Bártolo, representante do Centro Distrital de Segurança Social, "eu abaixo assinado, afirmo solenemente pela minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas"; Maria da Luz Coelho Pires, representante do Centro de Saúde de Mogadouro, "eu abaixo assinado, afirmo solenemente pela minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas"; Susana Maria Conde Fernandes, representante da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, "eu abaixo assinado, afirmo solenemente pela minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas"; Maria Irene da Costa Louçano, representante do Agrupamento de Escolas do Concelho de Mogadouro, "eu abaixo assinado, afirmo solenemente pela minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas"; João Carlos Pires, representante da Associação de Comerciantes, "eu abaixo assinado, afirmo solenemente pela minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas"; António Alberto Gonçalves Abreu, na representação dos cinco cidadãos de reconhecida idoneidade designados pela Assembleia Municipal para integrar o Conselho Municipal de Segurança, "eu abaixo assinado, afirmo solenemente pela minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas"; António Guilherme Sá de Moraes Machado, na mesma qualidade, "eu abaixo assinado, afirmo solenemente pela minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas"; Domingos Alfredo Fernandes Amaro, "eu abaixo assinado, afirmo solenemente pela minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas"; Fernando José Bártolo, "eu abaixo assinado, afirmo solenemente pela minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas"; Fernando Meireles Oliveira, também na mesma qualidade, "eu abaixo assinado, afirmo solenemente pela minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas". -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: "A Lei nº 33/98 de 18 de Julho da Assembleia da República, criou os conselhos Municipais de Segurança. Da nossa parte, Assembleia Municipal, desencadeamos em devido tempo, (6 de Janeiro de 2014) todo o procedimento subjacente ao cumprimento integral da supracitada Lei, para que o Conselho Municipal de Segurança pudesse assumir os seus poderes consultivos, em matéria de segurança e tranquilidade da nossa população,

designadamente, poder contribuir no levantamento de situações de exclusão social que possam degenerar em práticas criminosas, ao combate à toxicodependência, ao tráfico de droga, entre outros. Deste modo, e porque importa avançar rapidamente, com os pressupostos vertidos na Lei e no regulamento, que lhes fora, em devido tempo enviado, compete à Assembleia Municipal, instalar o Conselho Municipal de Segurança. Presumivelmente conhecido o regime jurídico do funcionamento do Conselho Municipal de Segurança para o Município de Mogadouro, estão agora criadas as condições necessárias ao seu normal funcionamento, dispondo o Senhor Presidente da Câmara, a quem lhe caberá presidir, de um valioso conjunto de conselheiros, dispostos e apostados em dar ao Município, toda a colaboração que se impõe em matéria de segurança para nós e para toda a comunidade Mogadourense. De acordo com o artigo sexto do regulamento provisório, aprovado pela Assembleia Municipal, o Conselho ora empossado, na sua primeira reunião, analisará o regulamento, emitindo o respetivo parecer, que será posteriormente reenviado à Assembleia Municipal, que após discussão, o aprovará, tornando-o assim definitivo. Em nome da Assembleia Municipal a que presido, reitero os meus agradecimentos a todos quantos quiseram aceitar este novo desafio de cidadania proactiva, sendo certo, que, da nossa parte tudo se fará, tudo faremos para que o Município de Mogadouro, em estreita cooperação com todos os empossados, responda em tempo útil a quaisquer constrangimentos ou adversidades que se lhe coloquem, relativamente nas matérias de segurança das populações e dos seus bens. Reitero os meus cumprimentos, considerem-se empossados, a partir deste momento se quiserem continuar, podem ficar, se quiserem ir tratar das vossas vidas estão perfeitamente à vontade porque estão empossados. Muito obrigado pela vossa presença. -----

-----Retomando o ponto 1.4 *Tratamento de Assuntos Gerais de Interesse Autárquico* dava a palavra a quem desejar intervir”. -----

► **ESTER MARTINS** usou da palavra e disse: “queria iniciar a minha intervenção nesta nova andada por esta Assembleia, felicitando o Senhor Presidente da Assembleia pela definição e descrição que fez deste órgão e seus deveres e obrigações para com o Município, foi boa a sua intenção Senhor Presidente, mas os Senhores Deputados com as suas intervenções e a sua agressividade deitaram por terra a sua tentativa, não tive o prazer de estar presente, mas apostaria que os pobres jovens saíram daqui espavoridos e sem vontade nenhuma de se dedicarem à política. Senhores Deputados rogo-lhes que nos deixemos de hostilidades e consecutivas agressões, pensem que nem sequer Cristo agradou a todos por isso foi crucificado e rememos todos na mesma direção, para que, com este, ou outro Executivo, que tenha sido eleito democraticamente pelo povo, levemos o barco a bom porto para glória do Município e bem-estar de todos

os Mogadourenses. -----

-----Casa Mortuária, Senhor Deputado José Maria, se bem me lembro esta obra foi aprovada no anterior mandato e foi aprovada por unanimidade porque era uma obra necessária e portanto prioritária, que foi construída em terreno da igreja com mercê do Papa, a questão é que está construída e a igreja não pôs objeções, mas se recorrermos a 2010 quando foi aprovada por o Executivo do PSD a Casa Mortuária de Bemposta, construída em terreno da igreja, uma obra feita por empreitada e cujo valor excedeu em muito o orçamentado, foi comparticipada pela Câmara a 100%, não vi nenhum dos Senhores Deputados fazer qualquer comentário, ainda no passado dia 13, quando de visita pela aldeia passamos ao lado da mesma, eu disse: em terreno da igreja, com escritura, ou não, a melhor obra e mais útil feita até hoje em Bemposta, é esta. Obras, adjudicações de obras, contratos, arranjinhos, favoritismos, custos exagerados, etc. Senhores Deputados do PSD, que mudança tão radical em tão pouco tempo, acho que deveriam retroceder à reunião de Assembleia de junho de 2011 e ler a minha primeira intervenção nesta Assembleia e verificarão que eu mesma fiz todas essas observações, inclusive pedi ao Senhor Presidente, que esteve presente, mas que se foi embora, devia ter ficado, Senhor Doutor Machado, para me dizer o porquê de duas obras levadas a término, ou seja concluídas, apresentavam dois valores diferentes, terminou o mandato e ainda hoje estou à espera da resposta, penso que até agora não poderão apontar nada a este Executivo que o anterior não tenha feito”. -----

► **JOSÉ BRANCO** usou da palavra e disse: “Senhor Presidente em relação à Associação ACEITIA qual é neste momento o ponto de situação em relação ao protocolo entre o Município e a Associação; É para continuar? É que na última Assembleia Municipal o senhor Vice-presidente informou que o protocolo não tinha sido totalmente cumprido, neste sentido não teria a Associação de devolver aos cofres do Município parte dessa verba recebida? Qual foi o critério de atribuição a esta Associação do subsídio de 25 mil euros? Tratando-se de uma Associação, como tantas outras que existem no concelho, como explica o senhor Presidente uma diferença tão abismal de verbas dadas? Porque a nível de atividades para a comunidade poucas foram realizadas e as que foram, foram só de festas. -----

-----Senhor Presidente mais uma vez a obra do Parque de São Sebastião, peço-lhe de uma vez por todas que nos informe se a obra em questão está, ou não está concluída, de acordo com o caderno de encargos, o projeto de concurso e se a obra está paga, ou não, na sua totalidade? Já sabemos que ela foi feita antes do projetista entregar o projeto na Câmara e antes de assinar o protocolo do contrato de adjudicação. Pergunto isto porque na última reunião da Assembleia o senhor Vice-presidente disse aqui que a obra não estava concluída e que iria ser inaugurada dia 1 de junho, faltou dizer de que ano. -----

-----Senhor Presidente foi recebida uma documentação para esta Assembleia, um documento referente ao processo de tribunal da terceira fase da Zona Industrial, senhor Presidente gostaria que nos desse mais informação sobre este assunto, já que não nos enviou o acórdão. -----

-----Em relação às famosas visitas às freguesias, ou presidência aberta, como lhe queira chamar, gostaria de lhe perguntar se não há uma calendarização das mesmas? É que como membro desta Assembleia e contribuinte deste concelho, gostaria de saber os dias e as freguesias a visitar”. -----

► **DANIEL RIBEIRO** usou da palavra e disse: “tenho andado afastado deste púlpito, mas eu só falo quando quero e só estou calado também quando quero, no dia em que recebi toda a documentação de preparação da Assembleia pus-me a pensar e cheguei à conclusão que a atuação deste Executivo pode ser adjetivada de leviana, e é leviana porquê? É leviana porque de toda a atuação e já vamos com quase dois anos de funções deste Executivo, tem sido ..., e a verdade é essa, infelizmente para o Município, tem sido, como é comum dizer-se na gíria, patacoada, atrás de patacoada, ao início seria expectável por força de uma certa inexperiência, que alguns problemas surgissem, mas não é normal, não é expectável que ao fim de dois anos, ou quase a meio do mandato, continue tudo como estava, não há uma obra que não dê barraca, aliás tivemos aqui um exemplo na intervenção do público que é bem ilustrativo do que se tem vindo a passar, infelizmente, com a atuação desta Câmara. -----

-----Agora passando ao tratamento de alguns assuntos, queria, e espero que da parte do Executivo, porque no Executivo há gente bem formada, pretendo algumas informações, esta é a casa da democracia, é aqui que o Executivo tem que prestar cavaco aos munícipes, em primeiro lugar o sistema municipal de águas, há uns anos atrás foi votado na Assembleia Municipal também por unanimidade e recorde e relembro e friso por unanimidade a saída de Mogadouro das Águas de Portugal sendo certo que recentemente foi criada uma nova Associação, que dá pelo nome de Águas do Norte, eu pergunto ao Executivo se a adesão a este novo sistema está dependente ou não de um voto da Assembleia Municipal e em relação a esta mesma adesão qual o ponto da situação, espero bem que o Executivo nos esclareça em relação a isto. Em relação ao mail que vinha junto com a documentação de preparação da Assembleia e ponto já tocado pelo meu colega de bancada, José Branco, de facto é verdade, o Executivo não junta o acórdão do tribunal, o Executivo devia juntá-lo no sentido de esclarecer todos vocês, sejam daquela ou desta bancada, o Executivo junta de facto um mail enviado por uma sociedade de advogados, os mails são feitos à medida dos clientes, a verdade é essa, daqui o que se pode alcançar, eu também fui ouvindo por exercício da função, algum conhecimento da área terei, fui ouvindo que a questão estava resolvida, que tinham dado razão à

Câmara, aliás nem era à Câmara, era a um dos contra interessados pelos vistos e pronto, a questão morreu por aqui, mas o que é facto e o que se consegue descortinar por aqui é que o tribunal só deu razão num ponto, houve aqui uma questão procedimental, eventualmente eu não sei, não conheço o processo, eventualmente até por força dos serviços do tribunal que não foi em relação às notificações, o tribunal não toca na questão de fundo, é o que se depreende daqui, a questão de direito não é tocada por esse acórdão, o que daqui se depreende também é que volta tudo à estaca zero, vai tudo ser julgado novamente, não dá razão ao Município, como aqui vem escrito, daí eu insto vossas excelências a que possam disponibilizar a todos nós aqui presentes cópia do acórdão, recordo que eu e o Antero, espero bem que aqui também doutores e engenheiros, como fizeram em Moncorvo que não existam, fomos acusados aqui pela senhora deputada Antónia que devíamos saber de um prazo que estava a correr, o processo estava entregue a um colega, nós não conhecemos todos os prazos que correm por esses tribunais fora, mas eu na altura nem me lembrei, mas se havia aqui uma pessoa avalizada também para o saber era a própria deputada Antónia porque o filho é Advogado, pegava no telefone e se queria saber prazos falava com o seu filho, era a terceira pessoa mais avalizada a saber aqui de prazos em tribunal. -----

-----Em relação à obra do Juncal, já o marco da governação vai com trezentos e dez dias de atraso, nunca foi aplicada uma penalização ao empreiteiro, eu pergunto porquê? Há um claro prejuízo para o Município, para os munícipes e para o concelho. Eu passei ali, houve alturas em que tinha lá três homens a trabalhar, andava a moer aquilo, com que intuito, pergunto eu? -----

-----Outra questão se põe, esta em relação a uma obra que ficou, penso eu, eu tenho a vantagem e a desvantagem ao mesmo tempo de não ter estado aqui anteriormente, sou o mais novo que por aqui anda, não sei do que se passou o ano passado, tenho o espírito livre para dizer aquilo que bem entendo, a questão do bairro social eu tenho ideia, e se estiver enganado peço que me corrijam, o Executivo anterior deixou aprovado um projeto para o bairro social, penso que até com vinte e três habitações, eu gostava de saber em que pé está porque o slogan de campanha com que foram eleitos que era as pessoas primeiro, também já ouvi por aí que o lema mudou, que é algumas pessoas primeiro, gostava de saber em que pé está a questão do bairro social, se vai, se não vai, se foi, se não foi. -----

-----Por último uma pergunta e depois calo-me, em relação ao Centro de Interpretação do Mundo Rural, peço também que me corrijam se estiver enganado, o quadro de apoios finda a trinta de junho, penso eu, penso também que o financiamento lá para baixo, para a obra, foi alocado do financiamento que estava garantido aqui para o centro de interpretação dos produtos da terra e que isso gerou naturalmente um atraso, a obra está

De

numa fase incipiente, acaba em 30 de junho a possibilidade de faturação para efeitos do quadro comunitário de apoios, em que pé estamos, corremos o risco de perder o financiamento? Sei que houve e vem na agenda das reuniões que vossas excelências tiveram, uma reunião com o Engenheiro Jorge Nunes da CCDRN, também gostava de saber o que se tratou e a que conclusão se chegou. -----

-----Depois outra coisa, também já fui criticado, por perguntar aqui acerca disto, mas eu não estou aqui como social-democrata, estou aqui como mogadourense e é uma coisa que me interessa, a questão das Finanças, sei que tiveram também uma reunião com responsáveis, portanto também gostava de saber, e para bem de todos, como é que a questão das Finanças está? -----

-----Por último e uma coisa recente, sabemos que foram realizados depósitos de água no Penedo. Estava prevista a execução em betão armado, foram executados doutra forma, o que é que tecnicamente presidiu à mudança? A localização também estava prevista para um sítio, foi alterada, que questões técnicas presidiram à mudança? Algumas pessoas queixam-se da falta de pressão da água. Gostávamos também de saber o porquê de tal acontecer. -----

-----Fui muito crítico, mas permitam-me também fazer-lhes um voto de louvor em relação ao transporte dos doentes oncológicos no concelho e à questão de trazerem cá alguns especialistas de determinadas especialidades médicas ao concelho, fazem muito bem, nem tudo está mal”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “o direito de resposta é uma prerrogativa do regulamento que permite às pessoas quando lhe é afetada a sua personalidade ou a sua moralidade possa vir aqui defender-se, se acha que foi, eu não me importo que venha cá, até pode vir um cento de vezes, mas acho que não foi ofendida e de qualquer das formas pediu para ter direito de resposta”. -----

► **ANTÓNIA CARDOSO** usou da palavra e disse: “só venho responder aqui ao senhor Meritíssimo Advogado Daniel Ribeiro que lhe peço o apelo de ter vergonha e ética, não tinha que falar aqui no meu filho, o meu filho não tem nada com isto, nunca se meteu em nada, nem eu nunca falei em nada, eu se falei não é um crime pátria, foi um crime concelho se o omitiram, porque há coisas que se saem com elas muito antes do poder Executivo o saber, portanto se estão na oposição tinham a obrigação de alertar, uma boa oposição com quem o concelho possa contar para governar mais tarde tem que ser responsável e aí também têm que assumir a responsabilidade se o sabiam, agora se os Advogados de Mogadouro não sabem distinguir um prazo urgente, de um normal, então aí temos que ir mesmo aos de fora, isto para falar na Zona Industrial, ainda está lá em baixo o interveniente que acabou de falar, com todo o respeito que eu tinha e tenho, pela memória do senhor seu avô e da senhora sua avó, que ainda é

viva, também esta Câmara de Mogadouro fez de vocês aquilo a que chegaram, portanto não é tudo mau, agora o resto eu não quero meter-me, o meu filho não lhe admito que seja para aqui chamado”.-----

► **JOSÉ MARIA PRETO** usou da palavra e disse: “começamos por desejar um bom trabalho à Comissão recentemente instalada, pelas pessoas que tomaram posse acreditamos que há condições para desenvolverem um bom trabalho, só lamentamos é que tenha sido necessário chegarmos a meio de um mandato, quase passados dois anos, para reconhecerem que a segurança é uma questão pertinente e muito importante para a vida do Município, num momento em que de facto, não sei se é do conhecimento de toda a gente começa a haver uma onda de assaltos nas aldeias do concelho de Mogadouro, nomeadamente em Soutelo e outras aldeias e ainda em Mogadouro, portanto esta questão de facto é importante, a questão da segurança é pertinente e foi preciso a oposição ter chamado aqui várias vezes à atenção para a necessidade de instalação deste órgão, como chamamos e continuamos a chamar à atenção para a necessidade também de instalação de uma outra Comissão, que é a Comissão Municipal de Juventude, afinal era uma dor de cabeça para a gente do PS e agora que está em funções nesta Câmara, afinal nada feito. Dona Ester, de facto a oposição tem este papel de chamar a atenção para aquilo que entende que não está a funcionar como nós desejaríamos, não prescindimos da importância de sermos informados e portanto questionaremos sempre acerca dos assuntos que entendemos que não estão bem e cuja informação não é a melhor. -----

-----Relativamente àquilo que se passou aqui lamentamos de facto a intervenção do público e os motivos que a originaram, o teor da mesma, de facto as coisas hão-de ser esclarecidas em devido tempo, mas é lamentável que tenha que se chegar a esta situação de intervenção do público no sentido em que foi feita aqui. Lamentamos aquilo que está por trás desta intervenção. -----

-----Na sessão anterior, Avenida de Salamanca, rede de abastecimento de água e rede de saneamento no lugar de Mogadouro-Gare, requalificação da fonte do centro de saúde, outras obras sobre as quais nós interviemos aqui na reunião anterior e conforme se encontra exarado em ata, porque levantámos a questão do cumprimento da Lei dos contratos públicos aquando do processo de contratualização destas obras, não terei sido muito claro, mas colocamos novamente a questão porquanto estas obras, repito, foram realizadas como prestação de serviços, quando nos termos da Lei, da Lei dos contratos públicos, quando se verifica que mais de 50% da obra diz respeito a trabalhos dever-se-á dar lugar à contratualização por empreitada e não como prestação de serviços, que foi aquilo que aconteceu. Não foi o que aconteceu de facto com as obras referidas pelo que questionamos a legitimidade, a legalidade dos respetivos contratos e atos públicos, portanto

senhor Presidente da Câmara, queira informar-nos sobre este assunto, lembrando mais uma vez que não estamos contra a execução destas obras, ou de qualquer outras, que sejam necessárias, importantes, para o bem-estar e para a vida dos munícipes, aquilo que está em causa, simplesmente, porque entendemos que na administração pública, aquilo que deve presidir é a transparência dos atos de gestão. -----

-----Um outro assunto que eu queria aqui trazer hoje tem a ver com a casa mortuária, dona Ester, novamente a casa mortuária de Mogadouro, e não a de Bemposta, nós não desistimos deste assunto porque nos preocupamos com os interesses relevantes do Município e equacionamos relativamente a este tema o seguinte: levantada a questão na anterior reunião desta Assembleia, na resposta dada pelo senhor Vice-presidente, mais uma vez nos foi atirada areia aos olhos, utilizo esta expressão porque é mesmo aquilo que eu entendo, com todo o respeito que isso significa, porque na defesa da decisão tomada, se argumenta com meias verdades, com dados falaciosos, isto porque foi referido ter sido rejeitado um projeto orçamentado em 500 mil euros e substituiu-se por um outro projeto orçado em 150 mil, duvidamos que o valor final seja de 150 mil euros, mas essa é outra questão, o que o senhor Vice-presidente deveria ter referido é o que está a construir com os 150 mil euros, algo que nada tem a ver com o projeto que deveria ter sido construído, devia ter sido aproveitado e construído aquela projeto porque o mesmo contemplava duas casas mortuárias, uma capela, portanto um conceito bem diferente daquilo que estão a construir, que não é nada que se pareça com o projeto então apresentado, o que estão ali a construir, desculpem lá, mas não passa de uma casa de arrumos, mas para nós a questão que se coloca é ainda e também a questão da legalidade da construção desta infraestrutura em terreno que é da igreja, em prédio urbano que não é da Câmara Municipal, é o nosso entendimento que uma simples declaração do cônego Dino Parra não repõe qualquer legalidade à construção daquela casa mortuária naquele lugar em terreno que não é do Município. -----

-----Relativamente à empreitada de execução e concurso da estrada de Peso, Macedo do Peso, Azinhoso, Sampaio e outras, senhor Presidente da Câmara gostaria que nos explicasse o seguinte: que nos informasse o que se passou, equacionando e colocando os seguintes dados que nós possuímos aqui em cima da mesa, a INERTIL apresentou uma proposta de preço mais vantajoso, a proposta da INERTIL para a execução destas obras era de facto a proposta mais vantajosa, mas por motivo de incumprimento processual, completamente aceitável, é portanto esta empresa retirada daquele concurso, a empresa colocada em primeiro lugar, porque aquela empresa não pode continuar em concurso vê a obra ser entregue por um valor substancialmente superior ao da INERTIL, empresa cuja proposta, como foi referido, é anulada, ficando de fora, mas espante-se, e é isso que nós não

entendemos quem executa a obra é afinal a empresa INERTIL, ora não entendemos o que é que se passou aqui e gostaríamos de facto de ser informados. -----

-----O anterior Executivo preocupado com as pessoas, primeiro as pessoas e não, primeiro algumas pessoas, como aqui foi dito, deixou aprovado um projeto de habitação social, a fim de instalar em condições de conforto e com a dignidade desejável as famílias que ocupam legalmente as habitações sociais do bairro INH, sito no lugar das Eiras em Mogadouro, pelo que nos é permitido observar por parte de quem afirmou que as pessoas estavam primeiro, esta questão está completamente esquecida, parece que se esqueceram que a habitação é uma questão importante para as pessoas, aquilo que verificamos é que esta questão nem sequer é uma prioridade para esta Câmara, mas se não é a prioridade, lamentamos que assim seja, até porque para além das condições de habitação que deverão ser criadas, há a questão da reabilitação daquele espaço urbano, daquela zona da vila. Ainda a este propósito e porque acompanhamos os problemas das pessoas, porque estamos atentos, porque falamos com elas, informamos a digníssima Câmara que naquele bairro vive uma família constituída por seis menores, mais quatro adultos, coabitando todos no mesmo espaço, um espaço exíguo, sem condições, onde a irracional inaceitável promiscuidade anda ali de mãos dadas entre as pessoas, ora será mais que provável que com todas as consequências indesejáveis, que se providencie no sentido de se procurar a instalação daquela família em habitação que solucione a situação descrita, uma família que vive de facto numa situação deplorável e que é urgente que a Câmara estude, veja e equacione a possibilidade de instalação em condições bem diferentes. -----

-----Habitúamo-nos porque já andamos aqui há muitos anos neste exercício de cidadania ativa e participativa na Assembleia Municipal a algumas intervenções com maior ou menor razão sobre os defeitos do edifício da escola do primeiro ciclo do ensino básico com jardim-de-infância de Mogadouro, questões de estética, questões de segurança, questões de acústica e muitas outras, de facto o projeto não será o mais feliz, mas o que é certo, é que a Câmara aprovou aquele projeto, a então DREN, a Direção Regional de Educação do Norte através dos competentes serviços aprovou-o também, aliás eu fiz parte de uma equipa que acompanhou os técnicos da DREN para a aprovação pedagógica daquele espaço e pelos vistos toda a gente esteve então distraída e aquele edifício só terá então defeitos, o que acontece é que o atual Executivo, a este respeito questionamos o senhor Presidente da Câmara para que nos diga aqui o que se passa, instalou naquele edifício uma cobertura no espaço interior, o que acontece é que aquela cobertura não sei o que é que resolveu, se resolveu alguma coisa, ou pelo contrário se transformou aquele espaço aberto numa autêntica estufa em que as pessoas em grande parte do ano a temperatura é

de tal maneira que se torna insuportável, portanto não terá aquela cobertura criado ali um espaço de desconforto? A questão da chuva, a questão das águas, ficou o problema resolvido? Outra questão: acautelou a Câmara Municipal os aspetos que têm a ver com os cinco anos que têm de garantia relativamente a eventuais necessidades de intervenção por parte do empreiteiro? Uma vez que a Câmara interveio naquele espaço instalando aquela cobertura o empreiteiro agora com todo o direito poderá por em causa a obrigatoriedade de intervir ou repor ali alguma intervenção que achava necessária, uma vez que a Câmara Municipal interveio e pode pôr isso em causa, portanto o empreiteiro poderá mesmo então negar-se a fazê-lo. A pergunta que deixamos ao senhor Presidente da Câmara é: o que é que afinal foi resolvido? -----

-----Porque estamos a falar de educação levanto também aqui a questão da prioridade que está a ser dada à requalificação da Escola Preparatória de Mogadouro e instalação, construção da cantina da escola básica e secundária, uma vez que esta infraestrutura é importante, é necessária porque a atual cantina não reúne grandes condições para o serviço que está a desempenhar e estas instalações aqui estão claramente em situação de degradação. -----

-----E ainda a questão do caminho rural de Soutelo/Remondes, uma vez que se fizeram ali obras, parou e parece-me que faltará ali ainda muito trabalho para que aquela infraestrutura se torne importante para as pessoas que se deslocam naquela área, instalação de aquedutos, águas, valetas, qual o ponto da situação relativamente àquele caminho rural?" -----

► **FERNANDO MEIRA** usou da palavra e disse: “dirijo-me ao senhor Presidente da Câmara com o seguinte: no ponto 7 da ata 8/2015 é informado que um munícipe apresentou um requerimento a respeito de construções ilegais com data de 16 de janeiro de 2015, é informado também que o Executivo deliberou por unanimidade solicitar à técnica senhora Arquitecta Alexandra Machado informação detalhada sobre o assunto, pergunto-lhe senhor Presidente, que recebeu poderes para transmitir ao munícipe, se pode dar a esta Assembleia ideia do que são essas ilegalidades. -----

-----Dou-lhe os parabéns também, apesar de tardio, pela instalação do Conselho Municipal de Segurança e como disse o senhor Deputado do PSD pergunto-lhe também para quando a instalação do Conselho Municipal de Juventude? Já lá vão vinte meses. -----

-----Pergunto-lhe também senhor Presidente da Câmara se já recebeu a monografia do concelho, que está paga pelo Executivo anterior. -----

-----Relativamente às obras municipais, vários elementos desta Assembleia põe sempre em causa a forma como são feitos os concursos, era bom que de uma vez por todas, com a presença com certeza de algum técnico desta Câmara fosse feita quase uma aula, de como são feitos os

concursos? Quem é que tem poder sobre os mesmos? Quem é que decide as regras dos mesmos? Seria bom para não haver sempre perguntas nesse sentido. -----

-----Ouvi falar e com alguma preocupação sobre uma família com sete elementos e que estão sujeitos a promiscuidade, que estarão à espera com certeza de um lugar no bairro social, a questão que coloco é: eles mudaram-se para lá o ano passado? Este ano? Ai já lá estão há muito tempo...” -----

► **ILÍDIO MARTINS** usou da palavra e disse: “permita-me senhor Presidente que comece por saudar o regresso a esta Assembleia do senhor deputado Mendes e da senhora deputada Ester, desejar-lhes bons trabalhos e concretamente em relação à senhora deputada Ester que continue a ter as intervenções sensatas, fundamentadas, coerentes e corajosas a que nos habituou em anteriores mandatos. -----

-----Queria através do senhor Presidente felicitar o senhor deputado José Maria Preto por ter obtido resposta pronta e rápida na última Assembleia às correções ortográficas que fez a documentos municipais. Teve mais sorte do que eu que ando há anos a solicitar ao Município, a este e aos anteriores, correções de erros que estão patentes aqui na eira municipal. Um basta pôr um acento circunflexo na antepenúltima sílaba da palavra Câmara. Não é tão caro como isso. Também por um acento na palavra monoptero, para ser monóptero, não deve gastar muita tinta, nem muito pincel. É uma questão de incúria, de desleixo, de má vontade, de ignorância e de desprezo, não é mais nada do que isso. É evidente que eu saudei a intervenção do senhor deputado José Maria e fiquei tão contente com as impressões dele que fui ler a imprensa do dia anterior e tinha ouvido da boca do senhor Primeiro Ministro a seguinte frase proferida no dia 29 de abril em Estremoz: *nunca conseguiremos que os nossos recursos deixam para tudo*. Tinha ouvido uns dias antes o senhor Presidente da República dizer *cidadões*, e tinha ouvido uns tempos antes o senhor ex-Ministro doutor Miguel Relvas dizer *ambos os três*. -----

-----Gostei da intervenção do senhor deputado Daniel Ribeiro Salgado. Suscitou dois ou três comentários que eu não pensava fazer, mas ainda bem que ouvi a intervenção dele com atenção, gostei muito da sua expressão e fê-lo com conhecimento de causa, *os pareceres são feitos à medida de quem os pede*. É evidente, mas espero que como é de Lei, a Câmara Municipal após o fecho do processo, isto é, não havendo já hipótese de nenhuma decisão, estando completamente transitado em julgado, espero que nessa altura como é obrigação a Câmara transmita uma informação cabal aos senhores deputados municipais e por intermédio dos deputados municipais à população que nos elegeu. -----

-----Uma outra que também não estava na minha agenda, mas surgiu a propósito da intervenção do senhor deputado Daniel Salgado e do senhor deputado José Maria Preto, focaram que o slogan *trabalhar para as*

peçoas, ou governar para as peçoas já não me recordo qual foi o que esta lista que foi eleita implementou durante a campanha eleitoral, fosse substituída por um outro que dissesse algumas peçoas. Isso suscitou-me uma releitura dos documentos que nos foram fornecidos. Fui à reunião de 12 de Maio de 2015 do Executivo e em determinada altura é tratado um ponto que diz..., foi tratado um assunto que não vale a pena incomodar os senhores deputados municipais com esta releitura, apenas a parte final transcreve-se esta declaração de voto apresentada pelos senhores vereadores eleitos do PSD, e leio: os Vereadores do PSD votam contra a aquisição deste imóvel por as seguintes razões: 1º- face aos valores ultimamente praticados o valor parece-nos demasiado elevado, 2º- a Câmara Municipal dispõe de armazém suficiente para responder às suas necessidades, 3º- mesmo que reconheça a necessidade de um novo armazém, deveria a Câmara Municipal utilizar um dos muitos espaços que vão ficar disponíveis com a 3ª fase da zona industrial, 4º- a Câmara Municipal não deveria intrometer-se no mercado, dado que existem mais imóveis na mesma circunstância. E depois remata, atenção: acresce a tudo isto, o facto de um dos proprietários ser um eleito nas listas do PS, algumas peçoas, bem dito senhor deputado". -----

► **ANTÓNIO CORDEIRO** usou da palavra e disse: “esta minha intervenção vai no sentido da acusação feita à Câmara do desemprego e das despesas da Câmara, uma Câmara despesista, a Câmara não necessita naturalmente que sejamos nós a falar por ela, mas como esta está pela primeira vez nestas lides e como alguns de nós já conhecemos os cantos à casa e fazemos parte deste órgão, também nos compete de vez em quando lembrar algumas passagens das Câmaras anteriores e é nesse sentido que vai a minha intervenção, à falta de melhores argumentos, alguns membros desta Assembleia vêm com regularidade acusando esta Câmara que se está a comportar como uma Câmara despesista porque dizem que coloca muitos pontos de luz, que faz muitas festarolas, esta é uma notícia do jornal, acusam ainda que o desemprego no concelho é de 12% e que a culpa será da Câmara, nós e eu pessoalmente fico estupefacto ao ouvir dizer que esta Câmara, que está à frente dos destinos do concelho há pouco mais de ano e meio seja responsabilizada dessa forma, as Câmaras anteriores, três do PSD, governaram o concelho durante doze anos consecutivos e agora responsabilizam o atual Executivo pela falta de emprego, mas nesse sentido e para informação daqueles que ainda não sabem vem um relato no último Mensageiro, jornal de Bragança, que apresenta um quadro no qual refere que entre outros concelhos do distrito de Bragança, o concelho de Mogadouro foi aquele onde mais o desemprego caiu, mais de 15 % só este ano, possivelmente agora, ou ignoram, ou dirão que o mérito é do Governo, mas seja como for, mérito do Governo, ou da Câmara, o registo é este, embora os senhores tenham culpado a Câmara atual pelo facto, mas quanto

às despesas a não serem as despesas que têm resultado da realização de eventos, que em nosso entender, visam a promoção do concelho e por tal deveremos considerá-las necessárias, não conseguimos visualizar onde se fizeram essas despesas substanciais, talvez as despesas dos medicamentos às pessoas mais carenciadas, ou os gastos feitos no transporte ao IPO dos doentes oncológicos, o apoio através da LEQUE a pessoas com deficiência, ou no apoio ao senhores agricultores que também os senhores apoiaram, mas que anteriormente não fizeram. Querem agora transmitir a ideia de que foram poupados, o que não é verdade, agora vêm dizer que as pessoas não são uma prioridade para esta Câmara, eu penso que aquilo que eram prioridades anteriores não foram postas de lado e além dessas, mais estas, se isto não é ver as pessoas, digam-me o que é? Falam em pontos de luz, mas será que se têm posto assim tantos pontos de luz que não fossem necessários? Neste ponto e sem querer ir mais longe, também sem querer ferir suscetibilidades, devo dizer-lhes que nos percursos que faço quase diariamente da minha aldeia para a vila e vice-versa poderia falar de alguns pontos de luz que em boa verdade, em meu entender, se poderiam até dispensar, mas esses não foram mandados colocar por esta Câmara, penso que não haveria nenhum inconveniente se os mesmos fossem reduzidos e apenas lhe vou referir as lâmpadas da iluminação na envolvente do arranjo do moinho, até poderão estranhar que eu fale nisso, porque sou da mesma aldeia, e eu não estou contra os pontos de luz que lá foram colocados, mas para os mesmos, dever-se-ia ter colocado um sistema que desse para desligar uma parte na época de inverno e reduzir a duas ou três lâmpadas de presença, no período do verão tudo certo, porque ainda se fazem ali alguns eventos, mas no inverno não se justificam, são, suponho mais de vinte pontos de luz durante todo ano, falo apenas destes, mas podia falar de muitos mais que sei que há no concelho e em muitas aldeias. A Câmara está a aderir ao fundo de eficiência energética com vista à redução da fatura de energia e faz muito bem, é urgente que se reduzam o mais possível os custos e a par disso se for feita uma triagem sobre as lâmpadas que se puderem dispensar também é bem, portanto neste ponto não pode a oposição atirar pedradas, ou então que informe onde se exagerou, mas de despesas e grandes, podem ser acusadas as Câmaras anteriores, vou referir apenas duas intervenções que as Câmaras anteriores fizeram, com legitimidade, é certo, mas que nós sempre estivemos contra, não quanto ao que de valor foi feito, mas sim contra o que foi desfeito, porque se traduziram, essas sim, em despesas brutais, referimo-nos ao ex-Mercado Municipal que sem podermos usar números atualizados, podemos dizer que aí foram milhões para o lixo, acrescidos das indemnizações pagas aos utentes que justamente mereciam, em consequência criou-se ali um conjunto de encargos de máquinas, água, luz, pessoal, que esses sim são o sorvedouro grande dos dinheiros do Município, o arranjo que se gerou, até

se gosta dele, mas o concelho ficou sem o equipamento, que embora tivesse algumas falhas era possível melhorá-lo, torná-lo funcional, sem o destruir, quando uma pessoa está doente, não se mata, cura-se, foi o que os senhores não fizeram, preferiram matar o doente do que tratá-lo e esta obra até tinha sido executada por Câmaras do PSD, outra obra que também foi destruída para dar lugar à Central de Camionagem foi o arranjo junto ao cemitério, que tinha custado cerca de trezentos mil euros e que também foi atirada para o lixo e até não se pode dizer que não havia outras soluções, porque havia, por favor não queiram agora querer passar a ideia de que os Executivos anteriores foram poupadinhos porque como se vê não foram. No momento ficamos por aqui, deixem-se de fazer acusações sobre despesismo que em nosso entender não lhes ficam bem”. -----

► **ANTÓNIO MARTINS** usou da palavra e disse: “senhor Presidente, se bem se lembra há cerca de um ano atrás foi aqui aprovado um protocolo para gestão do pavilhão e da zona envolvente em que a Câmara se comprometia a transferir mensalmente quatrocentos euros, quinhentos nos anteriores mandatos, passou para quatrocentos, talvez em função da crise, lembrar-lhe que há mais de seis meses que a Junta não recebe um cêntimo deste protocolo, entretanto a Junta tem mantido tudo que estava no protocolo, tratando do pavilhão, melhorando-o, posso-lhe dizer que já este ano gastei lá mais de dois mil euros para o dotar de bancos que faziam lá falta, a zona envolvente está bem tratadinha, está bonita, portanto só está a falhar a Câmara com as transferências, gostava que me explicasse o que é que se passa. -----

-----Voltando novamente à questão da remodelação da rede de águas de Bemposta, não aceito a justificação que aqui me foi dada na última Assembleia pelo senhor Vice-presidente, que só com financiamento garantido é que essa obra poderá ir para a frente, senhor Presidente eu sempre pensei que as obras em Bemposta, pelo menos até ao montante de um milhão e seiscentos mil euros por mandato estavam automaticamente financiadas, que esse é o montante que a Câmara recebe das rendas da EDP, portanto daí para cima até é discutível, até aí acho que o financiamento estará garantido, portanto só a má vontade da Câmara é que não arrancará com as obras, eu continuo a dizer que estarão a empurrar com a barriga para a frente porque em dois mil e dezassete há eleições e será talvez a altura oportuna para as lançar, continuo-lhe a dizer que é uma questão de saúde pública, continua a haver rebentamentos constantes, a aldeia está esburacada, não saem de lá os picheleiros e depois os pedreiros a calcetar os buracos que ficam feitos, é um mau aspeto e deve ser sobretudo umas perdas enormes de água que a Câmara está a suportar, mas se preferem assim, os senhores é que são os responsáveis por isso, portanto a questão do financiamento nem sequer se coloca, até porque se usassem parte dos quatro milhões de euros que herdaram dos anteriores Executivos, essa obra

seria uma gota de água, portanto há aí claramente má vontade e há eleitoralismo para explicar isso. -----

-----Porque aqui também foi falado casa mortuária, eu já me recuso a responder a certas pessoas porque de facto não lhe reconheço sequer altura para merecerem uma resposta da minha parte, continuo contudo a culpar quem dá palco e atenção a certas afirmações que nem sequer são meritórias disso mesmo e sobretudo a quem louva esse tipo de coerência nessas intervenções. Onde é que está afinal a coerência? Terrenos da igreja da casa mortuária, qualquer elemento aqui desta Assembleia, sobretudo os Presidentes de Junta, ou aqueles que também querem ser Presidentes de Junta devem saber perfeitamente que os cemitérios das aldeias são propriedade exclusiva das Juntas de Freguesia, é certo e sabido, ora a casa mortuária de Bemposta foi construída num antigo cemitério, logo propriedade da Junta de Freguesia, se assim não fosse a obra nem teria arrancado, porque foi preciso para licenciar a obra, para ela arrancar, entregar um documento na secção de obras do Município em que o terreno estava em nome da Junta de Freguesia, foi assim que foi feito para licenciar a obra e tudo decorrer dentro da normalidade até ao fim. Depois custos exagerados, isto é de quem olha para um papel e não sabe ler os números, mas aí eu também não sou professor da Escola Primária para ensinar ninguém a ler, fico-me por aí, efetivamente a obra foi protocolada pela Câmara e financiada em quarenta e cinco mil euros, foi o que a Câmara nos deu e ela custou efetivamente cinquenta e oito mil e qualquer coisa euros, portanto teve que a Junta desembolsar mais treze mil euros, foi sobretudo para arranjos exteriores, para aquilo ficar bonito, a zona envolvente, porque optámos por isso, depois quando aqui também se fala em custos exagerados, eu punha a seguinte questão e há aqui muita gente que já visitou aquela casa, sabem como está, a casa mortuária de Bemposta, penso que não deverá nada à que a Câmara está ali a construir, essa parece que sim em terrenos da Igreja, mas também não me quero meter por aí. É uma casa que penso que não deve nada à de Mogadouro, já aqui foi dito por várias vezes que custa aquela casa ali cento e cinquenta mil euros, a que eu construí em Bemposta custou 1/3, portanto má gestão? Fazer praticamente a mesma obra com um terço do dinheiro. Onde é que está a má gestão e os custos exagerados? Arranjos e arranjinhos, tem de facto bons arranjos, bons materiais, materiais nobres à base de granito, inox, madeiras, pode-se ver, é o orgulho da terra, posso dizer, e depois estamos completamente à vontade porque ela foi, como já disse, protocolada pela Câmara, e esse foi um dos protocolos que foi fiscalizado, até nesse aspeto estamos completamente à vontade com os arranjos, os arranjos são o que a tornam uma obra bonita e emblemática. Em termos de gestão devo-lhe dizer que foi uma obra começada no mês de fevereiro e foi inaugurada no mês de agosto, levou cerca de seis meses, não chegou a seis meses o prazo de execução daquela

obra, não como esta que penso que anda ali a rodar, penso que desde o início do mandato, ainda recentemente estive ali num funeral a olhar para ela, ainda estava em obra, também não sei o que é que ali se passa, de facto a coerência das afirmações quem as reconhece que as assuma”.-----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “antes de dar a palavra ao senhor Presidente para responder às questões que foram aqui formuladas pelos senhores membros da Assembleia, houve aqui um desvio de um voto de louvor que devia ter sido logo no início, mas com esta confusão da tomada de posse do conselho municipal de segurança, apresentaria agora o voto de louvor e depois dava a palavra ao Senhor Presidente, se não se importar.”-----

----- «Voto de Louvor -----

-----Grupo Municipal do Partido Socialista de Mogadouro -----

-----Voto de Louvor pela conquista dos títulos de campeões distritais sénior de futsal e campeão nacional de montanha em atletismo do clube académico de Mogadouro -----

-----O Grupo Municipal do Partido Socialista vem desta forma propor a esta Assembleia Municipal um voto de louvor ao clube académico de Mogadouro (atletas, treinadores, dirigentes), pela conquista por parte dos seniores do título de campeão distrital de futsal da época 2014/2015 e do título de campeão nacional de montanha na vertente de atletismo. ---

-----Sendo aprovada esta moção, da mesma será dado conhecimento ao Clube Académico de Mogadouro» -----

-----Quando são aprovadas são sempre remetidas ao destinatário.” -----

► **JOSÉ MARIA PRETO** usou da palavra e disse: “sobre a proposta aqui apresentada e que vai ser por nós apreciada em termos de votação, queria dizer o seguinte: a bancada do PSD vai associar-se de facto ao voto de louvor, lamentamos é que essa proposta não seja apresentada em termos de Assembleia Municipal e seja apresentada em nome da bancada do PS, aquilo que eu propunha é que a proposta fosse alterada e fosse apresentada, porque de facto nós como Mogadoureenses, nesta questão, não queremos fazer politica, o louvor é de todos, o concelho é que foi lançado e são estas pessoas que trabalham, transpiram e lutam que levam o nosso concelho além e portanto estar aqui a apresentar uma proposta pelo PS, de facto lamentamos, mas associamo-nos de facto a este voto de louvor e solicitamos então se assim o entenderem que seja apresentada em nome da Assembleia Municipal”. -----

► **FERNANDO MEIRA** usou da palavra e disse: “concordamos perfeitamente com o lamento do deputado José Maria, e retiramos essa proposta, ou será apresentada em nome da Assembleia”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “de facto são propostas que à semelhança de todas as anteriores parece que se

reorganizam nessa matéria, são assuntos que dizem interesse ao concelho, são relevantes para o concelho e se há da parte do PS a vontade de unificar esta proposta, ficaria então: a Assembleia Municipal de Mogadouro vem propor, tal qual a redação que está, os Grupos Municipais com assento na assembleia propõe... -----

-----Vou pôr à votação. -----

-----Aprovada por unanimidade. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “senhor Presidente começo por lhe agradecer o ter atendido ao pedido de marcação desta Assembleia para hoje e estar aqui a realizar-se nesta data, exatamente com o que trouxe de consequências para a própria Mesa para hoje podermos estar aqui reunidos, é esse agradecimento que eu tenho que lhe fazer, um agradecimento que em nome de todo o Executivo o faço. -----

-----Foram aqui colocadas várias questões, eu não vou, como compreenderão, não vou dirigir-me a todas, mas há aqui uma questão que foi levantada inclusivamente por a intervenção do público, a razão essencialmente de não terem o acórdão que está ali em cima, que pedi ao Senhor Presidente para autorizar depois a sua distribuição, foi exatamente pelos dias, nós não tínhamos o acórdão nesse dia, o Executivo também tomou conhecimento na hora do mesmo e-mail, e foi essa a razão. -----

-----Dirigindo-me agora aos senhores deputados e começando pelo deputado José Branco, relativamente à Associação AGEITTA, ao protocolo, eu próprio disse isso no Executivo, não foi cumprido na totalidade e não havendo cumprimento na totalidade há necessidade que ele seja cumprido ao longo deste ano e é isso que está a ser feito, sem compensação monetária nenhuma, ou seja a AGEITTA mantém-se a trabalhar com a Câmara, está a fazer o seu trabalho, para cumprir exatamente aquilo que a direção anterior deixou de cumprir perante a atual que está, o protocolo é nesse sentido que está a ser executado, eles mantêm-se sem verba nenhuma, não há efetivamente dinheiro nenhum em causa porque nós cumprimos, como eles não cumpriram, terão que ao longo do ano fazer. -----

-----O Parque de São Sebastião está em fase de conclusão, falta pintura e a receção definitiva. -----

-----A terceira fase da Zona Industrial tem este acórdão que será distribuído a todos e que resumidamente fica exatamente conforme os advogados tinham transmitido no email, já agora também dizer-vos que não entro em pormenores relativamente a esta questão, porque é uma questão processual e sobre a qual eu não quero entrar em pormenores jurídicos, mas ainda ontem a empresa em insolvência Jaime Nogueira entrou com o processo de execução, o senhor Jaime esqueceu-se de dizer isso, já agora podia ter dito isso à Assembleia, a Câmara Municipal recebeu ontem o pedido de execução, iremos estar atentos com os advogados que irão fazer aquilo que bem entenderem. -----

-----Relativamente à questão da visita às freguesias, a calendarização foi por ordem alfabética, neste momento terminámos a ordem alfabética normal das freguesias e agora estamos pelas uniões de freguesias, de quinze em quinze dias a seguir à reunião do Executivo há essas reuniões nas freguesias. Faz quinze dias terça-feira que estivemos na União de Freguesias de Sanhoane, Brunhosinho e Castanheira, agora caberá à União de Freguesias de Mogadouro, Valverde, Vilar do Rei e Vale Porco com interregno nesta terça-feira que por motivos de agenda eu não tenho possibilidades de ir visitar as freguesias, já acertámos com o senhor Presidente de Junta, ficará para daqui a quinze dias. -----

-----Doutor Daniel a documentação de preparação da Assembleia, se calhar a culpa também é nossa de não terem recebido os documentos todos, eu percebo isso, mas é o que eu lhe digo, havia o prazo legal a cumprir dos dez dias, houve a necessidade efetiva de marcarmos esta Assembleia pelos motivos que irão depois à frente ser conhecidos, mas a intenção não é estar a esconder nada porque os documentos têm que ser públicos e como tal haverá essa preocupação, mas permita-me, não gostei muito da sua intervenção quando diz que todas as obras dão barraca. -----

-----Levantou aqui uma questão muito importante e permita-me que neste local se esclareça essa questão, que é o sistema municipal de águas, neste momento posso-lhe adiantar já, o Executivo, penso que todos nós mantemos a mesma posição, de não adesão às águas, mas há agora uma nova disposição do Governo que é a seguinte, se nós manifestarmos a nossa intenção de sair, às Águas de Portugal, não é às Águas do Norte ou de alguns Municípios poderem integrar as águas, ou de querer recuperar o que está entregue às águas, como seja ETAR's ETA's, enfim, tudo isso; há possibilidade agora de fazermos um pedido às Águas de Portugal, à administração, no sentido daquilo que é o nosso sentido de adesão, ou não, é isso que vamos fazer, o processo mantém-se em tribunal, os advogados também estão atentos, tiveram uma reunião com o senhor Ministro do Ambiente há poucos dias e tudo indica que nós consigamos definitivamente poder sair do sistema municipal das águas, isto porque efetivamente há mais concelhos, não é só o nosso a manifestar essa intenção e também de recuperar alguns dos equipamentos que entregaram, alguns de mão beijada pelo que eu sei. -----

-----A obra do Juncal, já foi feita a receção provisória da obra, ou seja, nós já temos a obra entregue, as obras que estão a ser agora executadas não têm nada a ver com a obra que estava, são simplesmente a construção dos açudes que havia necessidade, acabávamos por ficar sem água nesta fase do verão, ainda mais que temos alguns agricultores que estão a retirar a água da própria ribeira, temos conhecimento disso e depois causa transtorno exatamente àquela recuperação ambiental que há necessidade de fazer. -----

-----O bairro social e aqui tocou noutro ponto-chave e muito bem, não

pense que não tenho preocupação com isso, é muito grande a preocupação, agora tenho também que lamentar que foram doze anos sem se fazer nada lá dentro, e doze anos é muito tempo, o que eu lhe posso adiantar é que irá haver um aviso especificamente para a área social e neste caso equipamentos, ainda não está decidido se deixam ou não fazer edifícios novos, de facto já temos em nosso poder aquele projeto que foi mandado executar pelo Executivo anterior, já o recebemos, já o pagámos, não devemos nada, estamos só à espera que haja possibilidade de o podermos fazer de raiz. Mas falando aqui também doutra questão que alguém levantou, relativamente às famílias que lá estão, de uma vez por todas, temos que arranjar ali solução, eu sou o primeiro a concordar consigo, mas a ilegalidade de muita gente que ali está, podia até ter sido feita anteriormente e o senhor como jurista sabe muito bem que teremos que meter ações de despejo, mas temos que realojar essa gente noutro lado, é complicado, temos a batata quente para arrefecer, estamos com dificuldades, temos que arranjar soluções e há bocado alguém dizia aqui na Assembleia em título de brincadeira que em Ventoselo havia casas, mas não sei se não terá que ser por aí, dividir as pessoas de forma equativa pelas aldeias, pela freguesias, pelo concelho e pela própria vila, não estarem em aglomerados, se calhar passa muito por aí.-----

-----O Centro de Interpretação do Mundo Rural, como isto foi uma obra em overbooking, o que está atualmente ainda da comissão diretiva do DN2, é até 30 de julho, as obras que estavam contratualizadas normalmente é 30 de junho. O vogal da comissão diretiva da DN2 e do 2020, o Engenheiro Jorge Nunes, ex-Presidente da Câmara de Bragança deslocou-se a Mogadouro para termos uma reunião de trabalho, precisamente por algumas das nossas obras que estão em fase de empreitada e também daquelas que temos necessidade de acelerar a sua finalização, agradei de facto a disponibilidade de ele vir cá a Mogadouro, foi excelente, foi uma reunião de trabalho, no final de tarde de uma sexta-feira. -----

-----A questão das Finanças, eu convoquei novamente o senhor Diretor de Finanças de Bragança para vir ter uma reunião comigo, no mesmo dia em que convoquei o senhor Diretor da Segurança Social para de uma vez por todas conseguirmos resolver, o senhor Diretor da Segurança Social não teve disponibilidade por razões de última hora, o Senhor Diretor de Finanças veio, estive aqui connosco reunido, desta vez trazia uma proposta, que ainda vamos estudar, ou seja, ele dizia-nos que através de um programa que há no governo teríamos que fazer as obras, candidatá-las, ainda por cima tínhamos que gastar aqui dinheiro, eu disse-lhe a ele abertamente se isso não será um entre aspas de fechar serviços, ele dizia que há um programa do Governo que podemos candidatar-nos e que dá para englobar dois ou três serviços, ele até falava nas próprias Conservatórias. Não sei bem o nome daquilo, tem um nome esquisito. Face

a isto não poderemos manter o edifício que lhe tinha sido cedido sem ter alguma resolução, a Segurança Social também está a pressionar-nos no sentido de arranjarmos instalações, isto é tudo uma ajuda que os Municípios estão a dar ao estado.-----

-----Quanto aos depósitos do Penedo, que eu saiba, a localização foi sempre aquela, o protocolo foi assinado ainda com o senhor Francisco Lopes, eu estava na Junta de Freguesia. -----

-----Depois falou aqui numa questão, que aproveito, senhor Presidente, se não se importa, que amanhã teremos aqui em Mogadouro mais uma intervenção de origem médica que é da Liga Portuguesa Contra o Cancro, que é um rastreio da cavidade oral, consultas gratuitas amanhã a partir das nove da manhã até ao final do dia, no centro de saúde haverá exatamente mais umas consultas gratuitas, será importante. No ofício que mandei aos Presidentes de Junta eu pedia que se conhecem alguém que já esteja identificado nessa área era importante que eles viessem amanhã aqui a Mogadouro durante o dia para serem vistos, porque todos os casos que forem localizados são logo transferidos para o Porto, é essa a preocupação dos próprios médicos. -----

-----Senhor deputado José Maria Preto, falou aqui que com atraso foi dada hoje posse à Comissão Municipal de Segurança mas como sabe há instituições inseridas dentro da mesma comissão que demoram imenso tempo a designar os seus representantes, foi o caso da Segurança Social, mas o pior foi o da GNR e não parece, mas é verdade, isto vai para o comando, depois o comando manda para o destacamento e depois é que designaram o senhor Comandante do Posto, seria muito mais fácil nós designarmos-lo e estávamos desenrascados, mas é essa a razão do atraso. ---

-----A Comissão Municipal de Juventude, está a ser ultimada novamente essa questão, para de uma vez por todas definirmos isso, esperamos bem que na próxima Assembleia eu consiga já dizer-lhe como está o ponto de situação sobre isso. -----

-----Levantou aqui uma questão que se prende com a contratação pública nos termos do Decreto-Lei 18/2008 de 29 de janeiro, ela é perfeitamente legal, está dentro da contratualização, é só consultar este Decreto-Lei está lá tudo direitinho, não há ilegalidade nenhuma em relação a isso é só essa questão. -----

-----A casa mortuária, o valor não tem mais aumentos, é um ajuste direto, não há aumento do valor, e o protocolo com a igreja não foi com o senhor Padre, o protocolo foi feito com a diocese, a diocese é que enviou uma credencial do senhor Bispo ao senhor Padre, para ele poder assinar o protocolo. -----

-----Depois levantou aqui outra questão, eu também não lhe posso dizer o porquê da INERTIL estar a fazer a obra, mas posso-lhe dizer que relativamente a esta pavimentação das estradas, quando do concurso a empresa INERTIL

apresentou um valor, por engano, por tonelada e não por metro quadrado, ou seja, o valor que apresentou a engenheira que estava a introduzir os cálculos, eles mesmo que quisessem fazer a obra não a faziam, porque não tinham dinheiro para pagar os materiais, parece mentira, mas foi por essa razão. Agora a razão dela ter sido entregue à INERTIL, tem que perguntar ao adjudicante porque é que foi, sobre isso não lhe posso responder. -----

-----Falou também da escola do 1º ciclo, polo escolar, jardim-de-infância, temos várias questões sobre os problemas existentes, e alguns problemas ainda se mantêm, não vamos receber a obra, mas as obras que foram feitas não interfere com o empreiteiro que fez a obra, mas frisou uma coisa que eu também já disse, mas responderam-me que as aulas são entre o período de outono e de inverno, agora estamos no início de primavera e vieram estes dias quentes, mas já não temos aulas, todo aquele calor que existe lá dentro, no inverno é agradável, no verão é desagradável, compreendo isso, mas é quando o período de aulas já não existe. -----

-----A cantina escolar, tínhamos tido com o senhor Diretor anterior da DGE, que já não está, já saiu do cargo por concurso de outro, sobre essa questão estou à espera que ele me marque a reunião porque falei em Mirandela com o novo Diretor, coloquei-lhe a questão e disse-lhe que tínhamos que dar a solução, porque eles tinham ficado de vir aqui em cima juntamente com o anterior Diretor e com a engenheira que está dentro do projeto por causa da localização, eles querem que a gente ceda o espaço todo do antigo ciclo, não vejo inconveniente nenhum nisso, mas de uma vez por todas temos que andar à exceção também de um protocolo que o Ministério da Educação fará connosco e que teríamos nós de avançar com o projeto, esse projeto da cantina escolar foi metido na Comunidade Intermunicipal de Terras de Trás-os-Montes, está lá como projeto chave nosso, porque é uma III, chamam-se as Intervenções Territoriais Integradas, como não havia possibilidades de as englobar na recuperação dos polos escolares, tivemos que a meter, está lá contemplada, vamos aguardar exatamente o projeto para podermos avançar de uma vez por todas com a cantina e com o protocolo. -----

-----Falou aqui no caminho rural de Soutelo, eu não quero induzi-lo em erro, mas penso que está no nosso plano a parte restante que falta executar, só estava aqui a movimentação de terras e a abertura do caminho, agora há necessidade de compor as valetas.

-----Houve aqui uma questão, eu não sei se poderei falar diretamente, envolve o município, mas penso que está na ata, foi o município senhor Fernando Bártolo que levantou essa questão, já foi notificado que as construções tinham sido autorizadas pela Câmara com a informação favorável do senhor técnico Eng.º Abel Varandas e a construção também do Doutor Machado, que tinham sido legalizadas essas obras, estava tudo devidamente legal. -----

-----Monografia, estamos à espera que de uma vez por todas venha a finalização, houve uma reunião há cerca de um mês com a Doutora Patriarca, não sei o que é que transmitiu à vereadora Virgínia, se apontou para algum mês, estamos a aguardar que nos chegue à mão porque é um trabalho que está pago e ainda não foi entregue. -----

-----Deputado Ilídio Martins tocou aí também, e muito bem, na questão da aquisição de um imóvel na Zona Industrial, foi proposta por uma empresa de Mogadouro, atendendo a que deixou de ter (*ouviram-se vozes*) -----

-----Também foi aqui frisado pelo senhor deputado António Cordeiro que a taxa de desemprego baixou no nosso concelho, alguma coisa aconteceu, para que assim seja, são mais ou menos 15% da taxa, mas gostaríamos que ela ainda baixasse mais. Esperemos bem que se consiga nestes próximos anos, já que é uma prioridade de todos, e aqui faço uma ressalva, de todos os partidos candidatos à Assembleia Municipal, acho que a prioridade desta vez está muito ligada para as pessoas, eu tive o prazer de ter estado numa reunião há poucos dias, nesta semana inclusivamente, onde se notou bem da parte de um partido, que há efetivamente a vontade de tentar combater esta taxa de desemprego e onde coloquei a questão de uma vez por todas os governos terem virado para nós, e têm que olhar para nós interior, seja interior norte, interior sul, Açores, Madeira, têm que olhar para nós de outra forma e apoiando as empresas de alguma forma que elas se sintam confortáveis e tenham incentivo para criarem emprego, senão não vale a pena. -----

Também frisou os pontos de luz e eu também gostava de esclarecer uma coisa, os pontos de luz que estão a ser colocados, não há aumento, não há desperísimo em consumo de energia, o que tem sido feito é aquilo que é normal, as Juntas de Freguesia colocam o pedido à Câmara para o aumento de alguns pontos de luz, entendemos que de facto há situações que temos que olhar por elas, como sejam as pessoas, e de facto temos situações no nosso concelho que estamos a iluminar estábulos que já não existem, já nem vacas lá têm, nem têm outros animais e temos pessoas às escuras, isso não pode ser, temos que reparar, ainda não foram desligados alguns pontos de luz e eu explico-vos porquê, se repararem nas vossas aldeias e na vila existem alguns pontos de luz pintados que deviam ser desligados, mas optámos por não os desligar porque com o responsável da EDP, o Eng.º Jorge Batista numa reunião que tivemos, ele entendeu que se calhar tínhamos que fazer um estudo primeiro e é isso que está a fazer o Eng.º Hélder, relativamente aos custos que isso depois poderá trazer porque é assim, eles desligar, desligam gratuitamente, para ligar temos que pagar, há aqui a preocupação de estarmos a fazer e depois termos outro custo acrescido, se as lâmpadas são desligadas, se não são, haverá aqui a preocupação de neste momento reduzir um bocadinho ao consumo de energia, à noite não, mas de manhã, já que começa a amanhecer mais cedo

e podemos aí sim poupar, mas nunca deixar as pessoas às escuras. -----

-----Finalmente para responder ao senhor Presidente da Junta de Bemposta, lamento que a contabilidade não esteja a fazer isso, o Chefe de Gabinete já foi ver lá em baixo o que é que se está a passar, pelos vistos o senhor Gabriel não está a transferir o dinheiro e isso é imperdoável, eu penso que o protocolo não é anual, tinha que manter, mas irá ser reposto, se possível ainda hoje farei isso. -----

-----Tocou num ponto-chave que é a rede de águas de Bemposta, ao longo de doze anos o senhor teve a possibilidade de pedir isso a toda a hora, agora não queira que eu num ano e meio tivesse tudo feito, mas tenho novidades para si sobre isso, numa reunião que tive ontem na Régua com a Agência Portuguesa do Ambiente posso-lhe dizer que vão abrir um aviso dia 1 de julho especificamente para exatamente estas questões, inclusivamente o senhor Presidente da APA virou-se para mim e disse já que temos aqui o senhor Presidente da Câmara de Mogadouro vou-lhe dizer que vamos abrir um aviso, poderemos candidatar a obra, não só essa, já está no plano, tinha que estar, aliás se reparar está no reforço de verba, precisamente para podermos pôr a obra a concurso, já nesta revisão que vamos pedir a seguir por parte da Assembleia, precisamente para podermos colocar a concurso mal o aviso seja aberto, esta obra não só o preocupa a si, também nos preocupa a nós atendendo às fugas e ruturas das condutas que se verificam e depois temos a outra questão que é a conduta em si, está feita num material que toda a gente tem medo agora, que nos dizem que não, mas é um dizer que não está provado e todos nós temos essa preocupação. -----

-----Mas vou responder-lhe a outra questão que referiu, a renda da EDP de mais de um milhão, eu não sei, mas eu tinha pedido que me trouxessem um documento que a EDP me mandou há cerca de um mês e que foi na sequência de um pedido que nós fizemos aquando das comemorações do cinquentenário da inauguração da barragem de Bemposta que era a requalificação de infraestruturas no bairro do Cardal do Douro, por acaso datado de onze de maio, do conselho de administração, o senhor Administrador António Castro vem-nos dizer que o pedido tinha sido analisado, não só o mérito do projeto, mas também o histórico dos apoios concedidos no âmbito da exploração dos centros dos produtores e no âmbito da construção de novos aproveitamentos hidroelétricos abrangidos pelo Município de Mogadouro, neste sentido, como é do vosso conhecimento decorrente do protocolo com a ANPE, o Município recebeu desde 2012 para a execução de projetos cerca de seiscentos e sessenta mil euros, os quais acrescem cerca de duzentos e quarenta e cinco mil euros a receber no presente ano, não há aqui tantos milhões como parece, está aqui escrito, o que totaliza uma verba próxima dos novecentos e cinco mil euros, também no âmbito de execução do reforço de potência de Bemposta foram

apoiados projetos no valor de dois milhões, cento e quarenta e cinco mil e duzentos euros destacando-se a comparticipação na renovação/ampliação do sistema público de abastecimento de água ao Município, neste contexto informamos que atendendo ao histórico que não é possível enquadrar o apoio solicitado. Tem aqui a prova, os valores estão cá escritos, mas o apoio da EDP também passou ao lado”. -----

► **ANTÓNIO MARTINS** usou da palavra e disse: “senhor Presidente, só para acertarmos aqui os números, eu acho que acaba por me dar praticamente razão, porque diz que desde 2012, segundo esses documentos da EDP eram seiscentos e tal mil euros, mais duzentos e tal mil euros, são novecentos mil, desde 2012 para cá ficará perto de quatrocentos mil por ano, pelo menos são os valores que me chegaram da contabilidade da Câmara, trezentos e oitenta mil por ano, em média, que se recebe, de qualquer forma acho que é dinheiro mais do que suficiente para financiar obras em Bemposta, é verdade que durante os últimos doze anos, eu só posso responder por os últimos quatro, só sou Presidente de Junta há cinco anos e tal, nos últimos quatro também fiz pressão para que essa obra fosse por diante e tinha a promessa do anterior Executivo que a obra seria lançada logo que se concluísse, como foi concluída em agosto de 2013 a nova conduta que está a abastecer e que aumentou muito a pressão da água em Bemposta e é esse aumento de pressão que também agora origina o rebentamento da conduta que está em luselite e que está cada vez mais velha, portanto não tenho dúvidas que a obra seria para lançar e depois também porque durante os quatro anos que lá estive não me posso queixar dos investimentos que os Executivos do PSD lá fizeram, não podia pedir tudo ao mesmo tempo, nem tudo para mim, durante o tempo que lá estive foi financiado o aumento do cemitério, foi feita a casa mortuária, foi iniciada a piscina e houve outras obras da responsabilidade direta da Câmara que estiveram em execução, agora é que não vejo nada e é isso que me chateia”. -----

► **JOSÉ MARIA PRETO** usou da palavra e disse: “as respostas que o senhor Presidente da Câmara deu às diferentes questões colocadas foram as que deu, em relação a isso depois será registado em ata aquilo que foi dito, considero que relativamente às questões elas foram abordadas. -----

-----Eu respondi de facto ao deputado Fernando Meira, claramente, por ter entendido a sua pergunta e doze anos são de facto muitos anos, como aqui alguém disse, a questão do INH, da habitação, são muitos anos, mas quando eu trouxe para aqui a questão daquela família, esta é uma questão recente, aquela família tem esta constituição, e esta situação coloca-se agora porque é um processo recente, a família aumentou desta forma e a situação é atual, agora em relação à solução, o anterior Executivo estava atento à questão da habitação e a prova, provada é que havia de facto um projeto para resolver a questão. -----

-----Deputado Ilídio Martins, com todo o respeito, devo-lhe dizer que não me pronuncio sobre erros ortográficos, não falei de erros ortográficos, não falei de erros, nem me quero pronunciar sobre esse assunto das atas porque já uma vez levantei essa questão aqui e deram porrada na minha pessoa e portanto não estou para isso, de facto é assim. Quanto aos erros que referiu aqui a pergunta que eu lhe faço é a seguinte: Ainda lá continuam? Pois continuarão com certeza os erros. -----

-----Devo dizer que a bancada do PSD não se pronunciou ainda, não falou nesta Assembleia, acho eu, sobre a questão de aquisição do tal imóvel da Zona Industrial, não houve qualquer pronúncia sobre esse assunto. Aquilo que está escrito é dos Vereadores do PSD no Executivo, não é da bancada (*ouviram-se vozes*) mas disse aqui que tinha sido o Grupo Parlamentar do PSD. -----

-----Queria dizer ao senhor Presidente da Câmara e aos órgãos desta Assembleia Municipal que nunca nós aqui apelidámos a atual Câmara de despesista, nunca ninguém aqui utilizou esse adjetivo, digam-me em que ata é que isso está? E quem o referiu? Aquilo que de facto nós temos vindo a afirmar e aquilo que tem sido a nossa apreciação é de que algumas das opções desta Câmara não serão as melhores, os reparos que fazemos têm a ver sobretudo com a estagnação, com o marasmo, com o concelho que não se vê a avançar porque faltam projetos, faltam ideias, é esta a apreciação que nós fazemos, nunca dissemos que era despesista, pomos em causa sim, aquilo que nós dizemos e temos dito e afirmamos é que as opções feitas, não são as melhores e não vão de encontro àquilo que era o slogan da campanha eleitoral do PS para as autárquicas e a provar isto é que no momento em que se discutem diferentes lugares no novo quadro comunitário de Portugal 2020 eu pergunto que projetos é que têm? Que perspetivas é que existem? Que debate é que tem sido promovido na comunidade local para colher e acolher ideias que promovam os projetos para o desenvolvimento do Município? Não vejo qualquer iniciativa nesse sentido, nem me apercebo, nem tenho a perceção de que qualquer coisa aí esteja para nascer, sendo que vai haver muito dinheiro no novo quadro comunitário de apoio e que de facto por ventura haveria projetos muito interessantes para lançar no terreno. -----

-----Já agora senhor Presidente da Câmara quero-lhe dizer também que a bancada do PSD nunca disse que são as obras que dão barraca, não são as obras que dão barraca, o que tem dado barraca são os processos administrativos que informam as obras, esses sim, esses é que têm dado barraca. Como é que as obras dão barraca se não são feitas? Se não avançam? Se estão paradas? Aquilo que está a ser executado é aquilo que vinha de trás. -----

-----Senhor Presidente da Câmara, ouvi-o atentamente relativamente à requalificação da Escola Preparatória Trindade Coelho de Mogadouro, a

Del

Câmara fará o projeto, já agora senhor Presidente da Câmara quando avançar com esse projeto não se esqueça que não é só a cantina, temos espaço seria bom que o projeto contemplasse também um auditório porque as escolas precisam desses espaços para promover iniciativas, para encontros, para debates e a comunidade local bem apreciará a existência dessa infraestrutura. -----

-----Também questiono aqui da urgência da demolição das instalações da anterior escola do 1º ciclo sita no bairro São Sebastião, de facto não está ali a fazer nada. -----

-----Já agora também porque foi um assunto que foi trazido aqui, a taxa de desemprego de facto baixou, dizem 6% no concelho de Mogadouro (*ouviram-se vozes*) 15%? Pensei que eram 6% senhor Cordeiro, mas queria também dizer ao senhor Deputado António Cordeiro, Líder Parlamentar do PS nesta Assembleia, que isso não foi por força duma política económica de dinâmica do concelho promovida pela Câmara Municipal, mas sim pelos cursos de formação profissional que estão a ser lançados no terreno por entidades, que não a Câmara Municipal”. -----

► **FILIPA MARTINS** usou da palavra e disse: “a questão que me traz aqui hoje prende-se com o trabalho que tem estado a ser desenvolvido, pelo menos o que é do meu conhecimento na União de Freguesias de Vilarinho dos Galegos e Ventoselo, relativamente à Comissão de Toponímia em que têm estado a ser colocados os números de polícia por todas as aldeias e eu questiono de que forma é que está a ser supervisionado esse trabalho, qual foi a metodologia adotada, porque aquilo o que qualquer um dos habitantes das localidades depreende e interpreta olhando para as portas das casas é que apenas estão a ser colocados números de polícia nas casas que estão atualmente habitadas e eu lembro que há algumas casas que estão fechadas, que foram herdadas pelos seus proprietários, que não estão a ter utilidade de momento, em termos legais não sei se os registos já estão feitos, se as partilhas estão concluídas, ou não, mas o que é certo é que de hoje para amanhã qualquer um dos seus legais herdeiros pode querer ali fazer uma reconstrução, tornar aquela casa uma habitação e não tem número de polícia, não tem como receber correspondência, portanto não tem nada que identifique, numa rua chegam a ultrapassar mais de três casas seguidas sem número de polícia. Queria chamar atenção em relação a isso. -----

-----Relativamente a outra questão já aqui abordada por vários deputados e pelo senhor Presidente da Câmara, bairro social, de facto é uma situação que dura já há largos anos aqui em Mogadouro, independentemente daquilo que poderia ter sido feito, ou que foi feito e não foi aplicado, em termos práticos acho que é de louvar que o Executivo atual, pondere se de facto é pertinente e socialmente é recomendável que se reconstrua no mesmo ponto em que está o bairro social agora, um outro, criando-se assim um ghetto que mantém a exclusão social, que mantém uma diferenciação de

etnias que dá azo a atividades menos lícitas, a grande maioria das vezes e que em termos práticos não contribui para a evolução da nossa comunidade em termos sociais, morais, cívicos e económicos acima de tudo. Tenho que dar os parabéns por estarem a ponderar a hipótese de dispersarem pela vila, pelo menos, ao realojarem as pessoas, quer estejam lá ilegalmente, ou que sejam os titulares das habitações que lhe foram concedidas socialmente, já há décadas, algumas delas, bem me recordo daquele bairro em pequena. ---
-----Gostaria então que me fosse dada uma resposta em relação à Comissão de Toponímia, um esclarecimento e se há possibilidade de solucionar este problema e se fazer uma correção dos erros que se têm estado a ser identificados”. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “eu vou só responder à Filipa, por causa da toponímia, de facto o apoio tem sido dado pela Câmara, pelo que eu sei foi o nosso funcionário, o Rui, que fez o levantamento e a sequência da numeração, se eles não estão a seguir, isso é que é pior, estão a dar prioridade na colocação do número nas que já estão habitadas mas elas estão todas numeradas porque eu vi inclusivamente Vilarinho”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “Vamos passar ao ponto 2 da Ordem de trabalhos. -----

-----2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

-----2.1 *Apreciação da Informação do Presidente da Câmara Municipal acerca da Atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo – alínea c) do nº 2 do artigo 25º, Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.*-----

-----Recebemos toda a informação que a Câmara nos enviou, se alguém quer intervir sobre este ponto, a Câmara dispensa a apresentação deste ponto porque está aqui tudo em suporte de papel. -----

► **JOSÉ MARIA PRETO** usou da palavra e disse: “em relação a este ponto da ordem de trabalhos e relativamente à informação sobre a situação financeira do Município, deputado Ilídio Martins, temos aqui um problema, é um erro, eu não me considero minimamente informado, vou-lhe já dizer porquê e vai-me dar razão, é que eu tenho dois documentos, um assinado pelo senhor Presidente da Câmara e outro assinado pela contabilidade e o documento assinado pelo senhor Presidente da Câmara tem data de 11 de abril de 2015 e eu duvido que o senhor Presidente da Câmara no dia 11 de abril de 2015 soubesse na altura que devia 57.559,91 a fornecedores, isto é um lapso, entendamos que errar é humano, todos erramos e de facto estamos sujeitos a estas coisas, podem reparar na data deste documento que nos foi distribuído e para ter valor ele não pode ser datado com a data de 11 de abril de 2015 para dar informação sobre a situação financeira do Município em junho de 2015, já o documento do Gabriel Joaquim Teixeira, de facto vem com a data de 11 de junho de 2015, peço desculpa senhor

Presidente é só para dizer que estamos todos sujeitos a estes lapsos”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “Passamos para o ponto 2.2, dado que se interrelacionam todos estes pontos -----

-----**2.2 1ª Revisão do Orçamento Municipal da Receita do Ano de 2015 – Apreciação e Deliberação.** -----

-----**2.3 1ª Revisão do Orçamento Municipal da Despesa do Ano de 2015 – Apreciação e Deliberação.** -----

-----**2.4 1ª Revisão do Plano Plurianual de Investimentos do Ano de 2015 – Apreciação e Deliberação.**-----

-----**2.5 1ª Revisão do Plano de Atividades Municipal do Ano de 2015 – Apreciação e Deliberação.** -----

-----vamos fazer uma apreciação destes pontos em conjunto e depois votá-los-emos em separado”. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “relativamente aos pontos que agora temos em discussão, Revisão do Orçamento Municipal da Receita, Revisão do Orçamento Municipal da Despesa, Revisão do Plano Plurianual de Investimentos, Revisão do Plano de Atividades Municipal do Ano de 2015 posso sucintamente dizer o que se me apraz dizer, relativamente ao Orçamento Municipal decorre da Lei, é obrigatório introduzir a integração do saldo de gerência do ano anterior que eram os três milhões, cento e vinte e oito mil, duzentos e vinte euros e noventa e cinco e depois também da receita, do aumento da despesa de um milhão e quatrocentos mil euros. Quanto ao orçamento o aumento da despesa no valor de mil quatrocentos e oitenta e quatro euros e oitocentos e trinta e um cêntimos, sendo que duzentos mil euros são despesas correntes referentes à recolha de lixo, tenho que frisar o porquê, houve um concurso público feito pela Associação de Municípios do Douro Superior, quando foi feito o nosso plano esse concurso público não tinha acabado ainda os trâmites legais, mas também foi objeto do recurso de uma providência cautelar que ainda está a decorrer no Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, relativamente a essa recolha e portanto neste caso, como estamos e fomos induzidos em erro há necessidade de reforçar esta verba em duzentos mil euros que são as despesas correntes referentes a esta recolha de lixo, depois tivemos que introduzir aquilo que já aqui a Assembleia tinha aprovado, por orientações decorrentes da Lei, o valor relativo ao fundo de apoio municipal no valor de noventa e quatro mil, quinhentos e trinta e um euros que agora passaremos a partir deste ano e durante sete anos a depositar nesse famoso fundo de apoio municipal para aqueles Municípios que estão em dificuldades financeiras, no nosso caso é quase cem mil euros, ao fim de sete anos ficamos sem setecentos mil euros, não sabemos depois como iremos buscá-los, também o reforço de obras já inscritas, eu já tinha frisado exatamente o reforço da obra no que diz respeito às obras de águas e saneamentos de Bemposta, Peredo de

Bemposta, também a aquisição de um pavilhão novo e uma fossa séptica para Castelo Branco que houve necessidade de introduzir também no novo Plano Plurianual de Investimentos. A Revisão do Plano de atividades a nível do reforço da verba, como já tinha referido”. -----

► **JOSÉ MARIA PRETO** usou da palavra e disse: “relativamente a estes pontos da ordem de trabalhos aquilo que nos propomos aqui fazer é uma análise dos quatro pontos de forma seguida, portanto a Revisão do Orçamento Municipal de Receita, Despesa, Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Atividades Municipal, Ano de 2015 e sua apreciação. Nós decidimos intervir sobre estes pontos de forma a marcarmos a nossa posição enquanto oposição responsável e desejosa de que o melhor para o nosso Concelho, para o Concelho de Mogadouro, aconteça, quanto à 1ª Revisão do Orçamento Municipal da Receita, parecem-nos estarmos perante um documento, segundo os números que são apresentados, estamos perante um exercício brilhante, e porventura necessário, de qualquer das formas nós não entendemos o que está em causa nesse documento, porque nos parece que está muito mal explicada e mal explorada, a apresentação que o senhor Presidente trouxe aqui também não nos esclareceu e tendo em consideração a certidão que nos foi apresentada também não entendemos o que é que está em causa com esta Revisão do Orçamento Municipal da Receita. Aquilo que ficámos a saber, porque consta na certidão é que se estão a especializar no exercício de empurrar com a barriga para a frente, senhor Presidente nós não afirmámos tal qual como está na certidão que não conseguiram receber os fundos comunitários, é que receber fundos comunitários qualquer um recebe, não conseguiram, por aquilo que lemos na certidão, foi atempadamente apresentar os relatórios finais de execução das obras do anterior mandato sem as quais não haverá lugar ao pagamento dos tais 5% de dinheiros a que se têm direito, portanto o que se verifica é que não só não executam, não promovem o desenvolvimento, abrem as portas à estagnação, tudo pára e no afinal não fazem os relatórios para receber os dinheiros a que têm direito ou não. -----

-----Quanto à Revisão do Orçamento Municipal da Despesa gostaríamos de ser esclarecidos sobre o aumento das modificações orçamentais nas seguintes rubricas, cento e cinquenta mil euros nas instalações de serviços, quarenta e oito mil e trezentos euros em outros e setenta mil euros em artigos e objetos de valor. -----

-----Quanto à 1ª Revisão do Plano Plurianual de Investimentos do Ano de 2015, genericamente concordamos com os reforços e alterações propostas, nomeadamente no respeitante às obras de saneamento e recuperação das redes de águas, repavimentação das estradas, mas não concordamos em nada com a inscrição reforço dos tais cento e cinquenta mil euros para aquisição de um pavilhão na zona industrial por razões que todos

conhecemos e que se encontram referidas em ata, de qualquer das formas e atendendo a que estes documentos também contemplam a execução de obras que nós entendemos serem importantes para as localidades e para os municípios e que são necessárias e que é urgente fazê-las, nós votaremos favoravelmente os quatro documentos que nos são aqui apresentados”. ----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “vamos proceder à votação do ponto **2.2 1ª Revisão do Orçamento Municipal da Receita do Ano de 2015 – Apreciação e Deliberação.** -----

-----Aprovado por unanimidade. -----

-----**2.3 1ª Revisão do Orçamento Municipal da Despesa do Ano de 2015 – Apreciação e Deliberação.** -----

-----Aprovado por unanimidade. -----

-----**2.4 1ª Revisão do Plano Plurianual de Investimentos do Ano de 2015 – Apreciação e Deliberação.**-----

-----Aprovado por unanimidade. -----

-----**2.5 1ª Revisão do Plano de Atividades Municipal do Ano de 2015 – Apreciação e Deliberação.** -----

-----Aprovado por unanimidade. -----

-----Vamos passar ao ponto **2.6 Divisão dos Serviços Integrados da Presidência – Construção da Variante da Zona Industrial ao IC5 – Declaração de Interesse Público Municipal para Efeitos de Ocupação de Áreas da Reserva Ecológica Nacional. Apreciação e Deliberação.**-----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “o que vos trazemos aqui é o pedido de declaração de interesse público municipal, a construção da variante da zona industrial ao IC5, sendo que é uma obra como sabem mais que prioritária e temos necessidade de desafetar da REN esta área que ela em parte ocupa, portanto para podermos fazer o pedido junto das entidades competentes temos que ter a aprovação por parte da Assembleia Municipal da declaração de interesse público, é isso que aqui pedimos, sendo que a obra também tem a comparticipação já afeta, temos assinado o contrato de financiamento e temos a necessidade, exatamente está aqui a prova da prioridade nesta Assembleia em que pedimos ao senhor Presidente para antecipar, exatamente estes dez dias que a Lei obrigava para marcação desta Assembleia, aproveitando a normal ordinária”. -----

► **DANIEL RIBEIRO** usou da palavra e disse: “senhor Presidente de facto não compreendi muito bem daí o pedir-lhe aqui um esclarecimento, não compreendi o porquê de ser necessário fazer agora a declaração de utilidade pública. Não poderia ter sido pedido anteriormente? Eu li, não sei a que páginas, numa das certidões, diz o senhor Vereador Evaristo Neves *confirmando o que o senhor Presidente acabara de dizer justificou que não é culpa do Município, a questão prende-se com o assunto da suspensão da obra da variante da Zona Industrial frisando que o dinheiro é devido e*

temos que aguardar. Eu pergunto-lhe senhor Presidente, ou senhor Vereador se não havia forma de não suspender a obra? De terem de alguma forma acautelado a declaração de interesse público anteriormente para que a obra não tivesse sido suspensa. Sinceramente não compreendi bem e daí pedir-lhe esta explicação”.-----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “respondendo ao Doutor Daniel queria-lhe dizer que nós não temos outra forma de não suspender, já que os terrenos dos herdeiros do senhor Seixas, já que são uma série deles e agora tivemos o contratempo do Zé infelizmente ter falecido, também precisamos da declaração de interesse municipal para podermos fazer a expropriação, para podermos intervir dentro dos terrenos que não estão comprados, não houve outra forma porque entretanto temos o plano de pormenor da Zona Industrial já aprovado em 2012, foi aqui aprovado, mas só foi publicado em março deste ano, ou seja, temos ali uma zona protegida, chamamos-lhe um tampão, porque o plano de pormenor mantém-se, só ao fim de três anos é que pode ser alterado”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** colocou o ponto a votação. -----
-----O ponto foi aprovado por unanimidade. -----

-----**2.7 Assunção de Compromissos Plurianuais (Fundo de Eficiência Energética). Apreciação e Deliberação.** -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “é mais um fundo igual ao Fundo de Apoio Municipal, agora temos o Fundo de Eficiência Energética e que se prende com o seguinte, nós fizemos uma candidatura já no âmbito do 2020 à Eficiência Energética através da Associação Municípios da Terra Fria, já está em fase de obra a colocação de seiscentos LED aqui em Mogadouro e portanto à necessidade de pormos os 50% da economia que se supõe que vamos ter com a colocação dos LED, tem que ser depositado 50% desse valor no Fundo, mais um Fundo que criaram e portanto há necessidade exatamente de o fazer, eu não tenho a certeza penso que são à volta de dezasseis mil euros, que é aquilo que a Câmara irá poupar entre aspas, vamos ver depois na parte final sobre a colocação destes LED na redução da economia.”. -----

► **JOSÉ MARIA PRETO** usou da palavra e disse: “sobre a questão da eficiência energética, senhor Presidente de Câmara, poupe-se dinheiro, avance a nova tecnologia, tenhamos melhor qualidade de vida, tudo isso é bem-vindo, tudo isso é bom, vim aqui intervir sobre este assunto porque há uns anos a esta parte, numa das deslocações a Ploumagoar, lembro-me de ter contactado com um Presidente de Câmara de uma comunidade vizinha e de ter sido informado que eles estariam a avançar com um projeto que consistia nisto, e quem sou eu para falar mais do que isto, ou dar mais informação do que esta que vou dar, instalar um sistema sobre a luz, o candeeiro que vai iluminar durante a noite para acumular durante o dia, aquilo que eu me apercebi é que eles iam instalar um sistema que ia

77
#01

acumular energia durante o dia e à noite era dali que era consumida a energia, eles estavam muito entusiasmados com esta ideia e que era uma poupança extraordinária de dinheiros. Gostaríamos também senhor Presidente que informasse esta Assembleia sobre os pontos luz, o gráfico de execução e de instalação de pontos luz que têm sido executados ultimamente”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** colocou o ponto a votação. -----

-----O ponto foi aprovado por unanimidade. -----

-----**2.8 Designação de quatro membros da Assembleia Municipal para representantes da CPCJ de Mogadouro.**-----

-----Os membros que faziam parte da anterior Comissão terminaram os seus mandatos e recebemos um ofício da Presidente da [CPCJ] de Mogadouro para até 9 de junho, mas teríamos que fazer uma sessão extraordinária, estendemos um bocadinho o prazo e só agora é possível, temos uma proposta que simplifica o nosso trabalho e que diz assim: -----

-----Proposta -----

-----O Grupo Parlamentar do PSD e o Grupo Parlamentar do PS propõem os nomes dos Deputados abaixo indicados para integrarem a Comissão Alargada da CPCJ de Mogadouro. -----

-----José Maria Preto -----

-----Maria Teresa Cordeiro Afonso-----

-----Belmiro Joaquim Mendes Ferreira -----

-----Filipa Isabel Serafim Martins -----

-----Mogadouro, 19 de junho de 2015 -----

-----Os Proponentes,-----

-----José Maria Preto-----

-----António de Jesus Cordeiro -----

-----Não havendo intervenções vou colocar a votação. -----

-----Aprovada por unanimidade. -----

-----Daremos nota à [CPCJ] da indicação destes novos elementos para continuarem o trabalho. -----

-----**2.9 Autorização Prévia no Âmbito da Lei dos Compromissos - Análise e Aprovação.** -----

-----Foi recebida toda a informação, dava a palavra à Câmara, a Câmara dispensasse uma vez que forneceu indicação por suporte escrito. -----

-----Não havendo intervenções vou colocar a votação. -----

-----O ponto foi aprovado por maioria com zero (0) votos contra, uma (1) abstenção e quarenta e dois (42) votos a favor. -----

-----**2.10 Outros assuntos.**-----

-----Sobre os outros assuntos eu tenho aqui e os Senhores também têm uma Moção oriunda da Assembleia Municipal de Bragança relativa ao combate da vespa nas galhas dos castanheiros, toda a gente recebeu, se

alguém se quiser manifestar faça o favor, acho que da nossa parte devemos concordar em absoluto com o teor da Moção e disso darei com o vosso consentimento conhecimento à Assembleia Municipal de Bragança porque teve a tarefa também de fazer chegar essa preocupação. -----

-----Queria também dar-vos uma informação, a Vereadora Tereza Sanches não pode estar hoje aqui presente por imperativo de exames, se bem que fosse dispensada, mas criava problemas internos na organização dos exames, ela aqui o regimento diz que deve vir, mas também não é obrigatório, não tem falta. -----

► **ANTERO NETO** usou da palavra e disse: “antes de mais senhor Presidente uma pequena observação técnica. Eu trago aqui isto porque o senhor falou em ação de despejo em relação ao bairro do Fundo de Fomento, e já em anteriores mandatos se tinha falado em ação de despejo. Tecnicamente, o que está em causa é uma ação de reivindicação de propriedade. É só um pequeno reparo. -----

-----Foi aqui lançado um vergonhoso labéu sobre todos os advogados da comarca de Mogadouro. Foi aqui afirmado que os advogados da comarca de Mogadouro não percebem nada de prazos. Eu quero que a senhora deputada Antónia Cardoso venha aqui explicar qual é o seu conhecimento de ciência sobre esse assunto, para fazer essa afirmação; porque caso contrário e não consiga provar isso, informo-a que irei proceder criminalmente contra si”. -----

► **ANTÓNIA CARDOSO** usou da palavra e disse: “o que eu venho aqui dizer..., isto é uma rodilhice, toda a gente sabe como se passou e como se passaram as coisas, de facto falei no plural, porque há dois advogados na Assembleia, toda a gente sabe, quem não está na Assembleia é o meu filho que eu devia ter pegado no telefone e telefonar-lhe, daqui a pouco é ele o culpado e vai ser ele que tem que indemnizar, o que eu disse numa Assembleia foi que aqui só havia duas pessoas com conhecimentos em Direito, eu não os tenho, não estudei, não gastei dinheiro, não andei nas faculdades em Direito, exijam-me outros, porque eu esses não os tenho, é verdade, não pus em causa nada, o que pus em causa é que realmente o Executivo, antes do Executivo ter conhecimento, foi alertado que o prazo tinha passado e temos todo o direito de pensar que são informados antes do Executivo Camarário, e foi assim que aconteceu, e de facto o prazo foi deixado passar, era uma ação especial, tinha um prazo de quinze dias, foi tomado por um mês, não sei a que propósito e assim foi, temos aqui advogados que andaram na faculdade, que eu não duvido do conhecimento deles, pelo menos têm obrigação de o ter, o que eu disse foi isto, agora ponha lá a ação se quiser, está à vontade para a pôr”. -----

► **BELARMINO PIRES** usou da palavra e disse: “eu trago aqui duas questões e gostaria que o senhor Presidente anotasse, a estrada que vem da barragem de Bemposta à estação de Urrós, ou a Nacional 221 tem alguns

47
Leh

sinais caídos, tem outros que estão bastante inclinados e tem outros descaracterizados, quase apagados e como é uma ligação a Espanha e vice-versa gostaria que realmente essa situação fosse corrigida porque é realmente fácil de corrigir. -----

-----Outra questão que me traz aqui tem a ver com a minha freguesia, com arruamentos, eu quero dizer aqui que ultimamente algumas das ruas têm estado a ficar com buracos e gostaria que realmente essa situação fosse resolvida e quero também informar que ainda há algumas casas de habitação em que a ligação a elas está em terra batida, gostaria que essa situação fosse corrigida porque hoje tapam-se uns buracos, mas no próximo ano aparecem outros e realmente há ruas que precisam mesmo de reparação”. -----

► **ESTER MARTINS** usou da palavra e disse: “há uns tempos atrás o senhor Presidente de Junta mandou-me comprar uns óculos, já os comprei, e tenho testemunhas aqui dentro, isto foi a propósito que eu não conseguia ver a assinatura das atas, o conteúdo das atas da Assembleia de Freguesia, os editais e sucessivamente. Senhor Presidente António Martins tal como eu conheci há cinquenta e tantos anos atrás o cemitério, o antigo cemitério, fazia parte da propriedade da igreja e até tinha uma parede rústica que o unia à mesma, o senhor é mais jovem e talvez desconheça o facto, mas se o senhor tivesse levado o assunto à Assembleia de Freguesia eu tinha tido conhecimento que o terreno do cemitério passou para a Junta de Freguesia e não tinha cometido o lapso, não sei se me faço compreender, porque também há meses atrás o senhor Presidente de Junta numa Assembleia de Freguesia me mandou ir aprender a ler e escrever português, depois disto e do senhor professor José Maria vir aqui corrigir erros de ortografia fiquei a pensar que teria que fazer um doutoramento para poder participar nesta Assembleia, professor José Maria, não tive o prazer de ser sua aluna, não o posso julgar, mas devo dizer-lhe que no meu caso é a aluna que falha, não o professor, porque tive a sorte de ter como mestre o Reverendíssimo Padre Aníbal Varizo, que glória lhe seja dada, ele sim que não perdoava. -----

-----Senhor Presidente da Junta de Bemposta contador dos euros, zero, investimentos em Bemposta, zero, senhor Presidente eu falho no português, mas o senhor para além do português falha também na matemática, situação financeira da Junta de Freguesia de Bemposta em 11 de abril de 2012, para começar, depósito à ordem cinco mil, setecentos e dois euros e trinta cêntimos, vamos a uma mais recente... *O senhor Presidente da Assembleia interrompeu e disse: eu acho que esta Assembleia não está interessada em saber contas de 2012 da Assembleia de Freguesia, essa é guerra da Assembleia de Freguesia não é daqui, a senhora como estreada a partir do dia de hoje, deve sim senhor nos outros assuntos reportar-se àquilo que foi aqui tratado, agora mandatos anteriores, se cada um for agora aqui a repescar coisas dos mandatos anteriores temos que fazer*

extraordinárias. É para falar dos zeros, o senhor Presidente da Junta de Freguesia nunca teve tanto dinheiro em conta como agora. Mas isso é na Assembleia de Freguesia, a senhora tem lá assento não tem? As atas das Assembleias de Freguesia não refletem absolutamente nada. *Reclame.* Já reclamei várias vezes, já pedi para serem gravadas, nunca me ouviu. -----
-----O protocolo da Câmara Municipal de Mogadouro com a freguesia de Bemposta em relação à piscina diz assim: *o objeto do presente protocolo respeita a execução da construção da piscina...o pagamento de cinquenta e sete mil, novecentos e quarenta e um euros e setenta cêntimos referente ao valor de execução das obras de construção civil da obra, objeto do presente protocolo o montante recebido no número um da presente cláusula corresponde à segunda e última tranche a efetuar ao abrigo do protocolo assinado com a Associação Nacional de Municípios Portugueses datada de 27 de fevereiro do ano de 2012. Ponto 3 – o pagamento da referida verba será efetuado em cinco prestações iguais e sucessivas com início no mês de agosto do corrente ano através das transferências de capital.* O senhor Presidente diz zero dinheiro para obras, tenho conhecimento que este Executivo não lhe trancheou o pagamento, mas sim lho deu todo de uma vez e daí a avultada conta do senhor Presidente da Junta de Freguesia, portanto que não se venha queixar das contas, nem dos zeros, que diga a verdade, para isso estamos aqui, para dizer a verdade. Em relação à piscina gostaria de perguntar aos senhores Presidentes de Junta: Quantos dos senhores têm duas piscinas nas suas aldeias? Nem uma, portanto do que se queixa o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Bemposta, temos uma piscina que nos foi legada pela EDP só temos que a manter, não temos necessidade nenhuma de uma piscina, mas o senhor Presidente para além de não ser verídico nas suas atuações públicas, só fala por trás das costas. Ainda no passado dia 13 em Bemposta nos atos públicos da praça esperou que eu abandonasse a mesma para ... (*ouviram-se vozes*) respeito senhor Presidente, que você não tem respeito, nem educação, já lho disse várias vezes em Assembleia de Freguesia, eu disse em Assembleia de Freguesia que não estava contra a piscina, mas sim contra a localização da piscina, não é a mesma coisa, o senhor Presidente disse publicamente na praça, e sei, que eu estava contra a construção da piscina, não foi isso que eu manifestei. Queria fazer um repto ao senhor Presidente para honrar as siglas que representa a fazer uma consulta popular com as seguintes perguntas: piscina, sim ou não? Se sim, onde? Em Vale Prado ou colada à casa paroquial? Como o senhor reconheceu já tivemos muitas desgraças em Bemposta, já fomos bastante castigados, não provoque mais a ira de Deus, que já o fez bastante com as placas. Em relação às placas afixadas em Bemposta queria também fazer uma observação, a que consta à entrada do pavilhão devia honrar o senhor Doutor Cordeiro e a sua esposa dona Teresinha, foi assim que eu a conheci,

e não quem honra, eles foram quem doaram o terreno, é a eles que se deve o louvor. -----

Bem-aventurados os humildes, que deles será o reino dos céus e dos vaidosos a condenação eterna. -----

-----Tenho aqui outro ponto, que o senhor Presidente da Câmara já se me adiantou, que diz assim: para quando a remodelação da rede de águas em Bemposta? Senhor Presidente este é o seu programa eleitoral de 2009, é a segunda promessa, repavimentação e remodelação da rede de águas nas ruas mais degradadas. Como pretende que este Executivo faça em ano e meio de mandato o que o seu não fez em quatro? Não seria por falta de dinheiro, porque conforme as declarações do senhor Presidente aos meios de comunicação nadavam em abundância, dê tempo ao tempo Senhor Presidente, não stresse porque ainda lhe pode dar uma coisinha má e eu não quero, quero que se volte a candidatar e alguém faça consigo o que o senhor tem feito comigo. -----

-----Tenho aqui outro assunto, se me dão autorização, porque também diz respeito à ata, torneirinhas da Figueirinha, mangueirinha com quarenta ou cinquenta metros, já é uma mangueirona, não sei, mas pelo que eu me apercebi o senhor vê um mosquito nos olhos dos outros e não vê nos seus um elefante, quando o senhor destruiu em Bemposta o chafariz das Eiras de baixo, sem consultar a população, nem levar o assunto à Assembleia e eu em reunião da mesma lhe perguntei o porquê dessa destruição o senhor respondeu-me: porque estava a ser abastecido com água da rede e estavam a regar de lá os quintais. Não era preciso destruir o chafariz senhor Presidente, bastava cortar a água, era um chafariz centenário e património da cultura da aldeia, já agora gostaria que nos dissesse o que fez com as pedras do mesmo, porque já várias pessoas me perguntaram e eu não sei responder. Já agora aproveitaria a ocasião para pedir à senhora Vereadora do pelouro em questão e a esta Assembleia para que se faça tudo o legalmente possível para obrigar o senhor Presidente a construir novamente o dito chafariz, mas com o seu próprio dinheiro, era património nosso e não tem porque nos privar do mesmo”. -----

► **ANTÓNIO MARTINS** usou da palavra e disse: “a mim só me resta reforçar o que disse há bocadinho, a culpa tem que ser imputada nestas questões a quem de facto dá palco a pessoas que não são imputáveis, nem dignas de estar numa Assembleia Municipal porque não sabem exercer o cargo de deputado Municipal, porque 80 ou 90% dos assuntos aqui tratados são da Assembleia de Freguesia (*ouviram-se vozes*). É lamentável que não se distingam os assuntos que são para ser tratados nas Assembleias de Freguesia e nas Assembleias Municipais e acho que não se devia permitir, porque caso contrário, cada Presidente de Junta que tenha aqui munícipes da sua Freguesia vêm para aqui discutir os assuntos das Assembleias de Freguesia e as Assembleias Municipais passam a durar uma semana, em

vez de durarem meio-dia, mas a mim nada me objeta, não tenho problema absolutamente nenhum, é só por uma questão de lisura e das coisas funcionarem como deve ser porque acho que é assim que devem funcionar, as Assembleias de Freguesia são quatro por ano, se calhar deviam ser mais, ou deviam ser menos, é lá que se tratam os assuntos da Freguesia, nunca fugi a nenhum assunto da minha Freguesia, e aquela senhora até tem pedido muita documentação por escrito, foi-lhe sempre entregue, aliás não pode dizer que alguma vez lhe foi negado algum documento, acerca da piscina, acerca do que solicitou, ela está aí que o diga se alguma vez lhe foi recusada alguma coisa, bem como qualquer questão que seja colocada na Assembleia de Freguesia, se alguma vez saiu de lá sem lhe ser respondido, da minha parte completamente 100% dos esclarecimentos, quer por forma escrita, quer falada, é assim que deve ser. Já deixa saudades de facto aqui o Altino. -----

-----Eu sou levado a crer que o problema não era dos óculos, tem mesmo a ver com falta de conhecimentos dos assuntos da Freguesia e depois onde está a coerência? Quais os Presidentes de Junta que têm piscina? Provavelmente que eu conheça, nenhum, mas fica a pergunta: quantos não gostariam de ter uma piscina na sua Freguesia? Todos provavelmente, eu também gostava de ter uma na minha e vamos tê-la. -----

-----Falo por trás, eu não falo por trás, eu gosto dos assuntos que são assuntos importantes, gosto de os tratar os que são da Assembleia de Freguesia, na Assembleia de Freguesia, os que são da Junta nas quartas-feiras à noite a Junta de Freguesia está sempre aberta para eu atender todos os munícipes que queiram colocar problemas, nunca fechei a porta a ninguém, nem nunca me recusei a falar com ninguém, é assim que funciona na minha Junta, bem como em qualquer altura do dia ou do ano, a qualquer hora, atendo qualquer pessoa desde que sejam assuntos da Junta, o meu telefone está 24 horas por dia ligado, o número do meu telefone está afixado na porta da Junta de Freguesia e nunca deixei de atender o telefone a ninguém, se no momento não posso atender passados cinco ou dez minutos quando tiver disponibilidade devolvo a chamada e é assim que eu procedo. -----

-----Tenho conta avultada na Junta, pois tenho dos noventa e tal mil euros que a anterior Câmara transferiu, não foi esta Câmara, está mal informada, esta Câmara não transferiu um único cêntimo para a piscina, nada, zero, pergunte à Câmara se transferiu, o que transferiu foi ao abrigo do protocolo da Câmara anterior, da iniciativa política desta Câmara ... (*ouviram-se vozes*). Senhor Presidente quando nos chamou aqui a todos a perguntar as obras que queríamos para as Freguesias, eu pedi-lhe a remodelação da rede de águas e apoio para a conclusão da piscina, na altura em que foram debatidos aqui os protocolos para as Juntas, se havia protocolos, ou não havia protocolos, o senhor Presidente disse aqui que não havia protocolos

portanto a hipótese de financiar a piscina com outro protocolo estava fora de hipótese, limitaram-se nos três meses que estiveram a transferir as verbas desde outubro a dezembro, que eram oito mil e tal euros por mês, transferências mensais ao abrigo do protocolo que tinha sido protocolado pela Câmara anterior, tão simples como isso, se o dinheiro não chegar, como não chegou para lançar a empreitada que temos estado à espera de amealhar mais alguns trocos para lançar a empreitada, o que é que esta Câmara disse? *Não há mais nada*, estamo-nos a governar com aquilo que veio de trás e com o que vamos amealhando, este ano conseguimos juntar mais dezasseis ou dezassete mil euros ao pé de meia que lá havia e deve haver o suficiente para lançar a empreitada para a piscina andar para a frente, é tão simples como isso, se há pessoas que não conseguem perceber isso, não é que não conseguem perceber, é que têm interesse em não perceber que é para alimentar o ruído lá por fora, é essa a grande questão, isso é uma questão política meramente, mais nada. -----

-----Depois, honras ao senhor Dr. Cordeiro está na parte da família compromisso meu na Comissão de Toponímia perante o senhor Presidente na altura, Dr. Machado e a Arquiteta pôr o nome da rua do terreno, não do que eles doaram, porque o do pavilhão não foi doado, foi comprado pela Câmara, na altura, por quarenta mil contos, ou negociado por esses valores, duzentos mil euros, eles doaram na altura o do Centro Social e Paroquial, compete à direção do Centro Social e Paroquial prestar-lhe essa homenagem, senão o fizeram deviam-no fazer, eu comprometi-me com a família a pôr o nome dessa rua a um familiar deles, até hoje, tanto o Doutor Abreu, como a esposa, como as cunhadas, não chegaram a um consenso de quem querem homenagear, se o pai, se o sogro, portanto está na parte deles, era para ter sido feita a homenagem na altura que pusemos o nome da rua ao Cónego Trigo, era para terem sido feitas as duas no mesmo dia, não foi, a culpa não é da Junta, que a Junta estava disponível para isso. -----

-----As pedras do chafariz, mas quais pedras? Aquilo era um velho tanque feito em cimento e tijolos, estão lá demolidos, enterrados debaixo, aquilo não era um tanque, aquilo era uma lixeira que só estava a criar mau ambiente e todos os vizinhos pediram para que o demolissem, no mesmo local estava lá uma velha fonte abandonada e o Doutor Antero pode constatar, está lá uma bonita fonte de mergulho recuperada, com as juntas feitinhas, tirámos-lhe uma porta de chapa pintada de amarelo que metia nojo, pusemos-lhe umas gradezinhas em ferro forjado preto e está bonita, está uma zona aprazível e bonita, o tanque já não havia lá animais, não bebiam, era só para guerras das pessoas que iam lá roubar água para regar o quintal, já se tinham lá batido às quatro ou cinco da manhã e de facto o tanque não tinha pedras. Onde estavam as pedras, quem as viu? -----

-----Peço desculpa por trazer aqui estes assuntos, mas quando se abrem exceções têm que se abrir para todos”. -----

► **ILÍDIO MARTINS** usou da palavra e disse: “senhor Presidente acabo de aprender que as mesmas questões postas na boca de uma pessoa são oportunas, na boca de outras são inoportunas. Senhora deputada Ester Parra não falou aqui de assunto nenhum que não tivesse sido já, até à exaustão tratado, pelo senhor Presidente de Junta da terra dela, nesta e noutras sessões, portanto se os assuntos são exclusivamente locais da Freguesia acho muito bem que o senhor Presidente corte logo a palavra, isto quanto a palavra. -----

-----Quanto a termos ofensivos, peço desculpa, há bocado exaltei-me dali tentei fazer uma interpelação e fiz a interpelação que não foi aceite, como é evidente, a minha intervenção foi no sentido da Mesa cortar a palavra a quem não tinha atitudes decentes. Não foi um entendimento da Mesa, respeito, mas de facto dizer que nem se deve responder como foi a atitude do senhor Presidente da Junta de Bemposta, enfim, revela para com qualquer colega que aqui está presente uma falta de respeito. Estamos aqui todos em situação de paridade, devemos ouvir-nos uns aos outros. Enfim, é a minha opinião. -----

-----Sobre esta reunião, a oposição, ainda bem que esteve excecionalmente ativa nesta reunião. Eu gostei sobretudo dos contributos aqui trazidos pelos senhores deputados Daniel Ribeiro Salgado e José Maria Preto, que foram eles que tiveram maiores intervenções aqui. Eu penso que ficou esclarecido da minha parte senhor deputado José Maria Preto que eu me queria referir à posição dos senhores vereadores da oposição. Aliás, eu comecei por citar e li a ata da reunião do Executivo, daí decorria que era uma reunião do Executivo. Pelos vistos e fico contente com isso, a bancada parlamentar não está solidária com essa atitude dos senhores vereadores da oposição. Felicito essa posição correta da bancada que não da Vereação; a Vereação teve uma atitude perfeitamente nojenta, repito a palavra, eu digo envergonhante, eu digo envergonhante, porque vergonhosa só é para quem tem vergonha, envergonha os outros mais do que os próprios. Enfim foi uma atitude perfeitamente discriminatória. Se não sabem que até a própria constituição proíbe esse tipo de discriminação em função de crenças, raças, opções e etc, pelo menos que o respeito para com os outros, um ato de cidadania puro, está escrito, não fui eu que o inventei, está lá, declaração de voto dos senhores vereadores da oposição. Senhor deputado José Maria Preto, de facto eu não tinha..., aceito perfeitamente a sua correção, tinha lido toda a ata, mas não tinha esse termo que o Senhor usou lá, não foi a esse que eu me referi. Eu fiz um bosquejo rápido na ata e não apareceu mais nenhuma expressão desse estilo, *despesismo*, mas apareceram expressões cujo sentido me parece perfeitamente idêntico ou igual, ou seja..., essa expressão já foi explicada pelo senhor deputado José Maria, que foi um erro da parte dele. Está explicada, está explicada, está aceite. Pela minha parte está aceite e penso

que toda a gente compreendeu o que ele disse. Agora, não indo mais longe, na página 143 da ata da última Assembleia encontra-se uma expressão que chega exatamente ao mesmo, foi aqui afirmado pelo senhor deputado José Branco, *a única coisa que fizeram foram festas, mas como já estamos habituados, é mais uma*. Fazer festas é fazer despesa, penso eu, despesa improdutiva. Por outro lado na página 146 o senhor Vice-presidente alude à posição do senhor deputado José Maria Preto que teria dito a propósito da Casa Mortuária que havia uma gestão danosa, portanto gestão danosa, despesismo, gastos inglórios, festas e mais festas, significam o quê? Se eu bem entendo, significam exatamente o mesmo que despesismo, ou gestão despesista, como queira.-----

-----Eu não queria alongar-me, peço desculpa, não queria insultar ninguém mas confesso, com o que se passou hoje aqui nesta Assembleia estou um bocadinho fora de mim. De qualquer dos casos não queria deixar de felicitar o senhor Presidente da Câmara pelas respostas cabais que deu às questões postas pelos senhores deputados, o que aliás já ocorreu noutras Assembleias, quer pela sua voz, quer pela do senhor Vice-presidente em substituição e noutros casos mais raros pela voz das duas senhoras vereadoras. Quero felicitá-lo por isso e também dar só uma explicação adicional ao senhor deputado José Maria Preto. Eu há bocado quando me referia ao facto do Senhor ter obtido resposta à sua intervenção, que vem na página 166, aqui numa posição que eu não gostei muito, um bocado a posição de mestre-escola (?), o senhor aqui corrigiu expressamente troca de s por c que seriam da autoria de dois senhores vereadores. De qualquer dos casos, era a isso que eu me referia quando disse que tinha obtido resposta. Peço desculpa por o meu estado pouco calmo”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “este ponto dos outros assuntos existe para recolocarem na discussão da Assembleia questões que não foram ditas na sua complementaridade no período de antes da ordem do dia, ou outros, como pontos de luz, como arruamentos, como saneamentos, agora aquilo que o senhor deputado, ou membro da Assembleia Municipal, Ilídio Martins, nos está a habituar é que realmente a gente o aceite como um relator das conclusões do que cada um aqui proferiu. Isso não é correto senhor deputado, penso eu na minha modesta opinião e que deixo à reflexão. A posteriori o senhor deve vir aqui com a capacidade e oralidade que tem e os conhecimentos e chegar aqui e apresentar questões que dizem respeito ao concelho, agora interpor aqui sobre o que fulano disse, o que sicrano disse e não sei quê dá ideia que no fim da reunião o senhor foi nomeado relator das conclusões do que se aqui disse, e esse relato vai ser consubstanciado na ata e é na ata que depois vai ser aprovado. Desculpe esta minha deferência e o respeito que tenho por si naturalmente. Eu não questioneei nada, mas pode responder, isto é a casa da Democracia, só que eu acho que devia dizer isto até por uma questão de

melhorar o trabalho da Assembleia, julgo eu, não sei, eu não estou a ofendê-lo, nem quero. Ser relator do que foi dito aqui. Isso até competia mais aos Líderes Parlamentares e não a mim”. -----

► **ILÍDIO MARTINS** usou da palavra e disse: “não ofendeu nada. Eu até costume dizer que não ofende quem quer, só ofende quem pode. A posição que o senhor Presidente aqui tomou e que eu lhe agradeço é decalcada na posição aqui tomada pelo senhor deputado António Martins aqui há uns tempos, quando me disse, quando aqui afirmou que eu parecia uma espécie de Marcelo Rebelo de Sousa, porque tinha a mania de fazer sínteses e dar notas, mas não é nada disso, ele é catedrático de Direito, eu burro que sou, andei lá tantos anos e nem licenciado sou; o pai dele foi Ministro, o meu não passou de vereador desta Câmara, ele tem uma memória de elefante, eu sou uma besta que me esqueço do que fiz anteontem. Portanto, nada de comparações, mas eu agradecia que o senhor Presidente da Mesa me apontasse no Regimento e na Lei onde é que está algo de contrário aos vários assuntos que aqui tenho tratado, se extravasei alguma vez dos assuntos que deviam ser aqui postos, quando e como? Isso é que eu agradecia, porque a sua opinião é respeitável e o senhor até tem uma função mais importante que a minha que é interpretar o Regimento. Eu tenho tido aqui provas que às vezes não conseguem, mas se desta vez se esforçar talvez me diga alguma coisa”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “toda a gente sabe o que são os outros assuntos, eu nem devia dizer isto porque não é a mim que me atinge, eu se estivesse nos Grupos Parlamentares levantava essa questão, mas afinal o senhor está aqui a quê? A fazer uma resenha do que se passou aqui na Assembleia Municipal relativamente àquilo que eu disse, não, cada um usa da palavra, tem o seu tempo e temos que respeitar tudo, depois no fim vem uma coisa que se chama deliberação e a deliberação é assente com base na aprovação da maioria, foi o que aconteceu aqui, eu não me sinto minimamente prejudicado pela sua intervenção só que se calhar esta chamada de atenção é para todos não é só exclusivamente para si, mas o senhor membro Ilídio Martins usa-a com muita, muita frequência que no final das sessões dá ideia que faz o rescaldo assim de uma forma..., eu não concordo, mas respeito”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu por encerrado este ponto dando de seguida a palavra à Segunda Secretária da Mesa para que procedesse à leitura da ata em minuta. -----

-----A Segunda Secretária da Mesa, Maria Teresa Cordeiro Afonso, procedeu à leitura da minuta da ata da presente sessão. -----

----- Finda a leitura da ata o Senhor Presidente da Assembleia pôs à votação a ata em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a fim de que tudo o que foi tratado na sessão se tornasse executório imediatamente, tendo a mesma sido aprovada,

por unanimidade. -----
-----Às treze horas e trinta minutos o Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos, do que, para constar, se lavrou a presente ata que eu, Maria Isabel Sarmento Martins Preto, funcionária de apoio administrativo à Assembleia Municipal redigi e subscrevi. -----

A funcionária de apoio,



(Maria Isabel Sarmento Martins Preto)

O Presidente da Assembleia Municipal,



(Ilídio Granjo Vaz)

¹⁾ Esta ata é constituída por 22.376 palavras, distribuídas por 47 páginas.

